



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO**

Processo nº 35000.001685/2019-12

Interessado: banco bmg s/a, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, PAULO ROBERTO DE MORAIS

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
  - 3.1. Folhas: 95
  - 3.2. Volumes: 1
  - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
  - 4.1. Volume de Processo: 1
  - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
  - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 17/09/2020, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1732246** e o código CRC **7DE177F4**.

---

Referência: Processo nº 35000.001685/2019-12

SEI nº 1732246



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



109

**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO  
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES  
SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204  
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

INSS/PRESIDÊNCIA  
COMANDO N.º  
481.390.137

Ofício n.º. 195/2019

Brasília, 14 de março de 2019.

Previdência Social \*  
SERVIÇO DE PROTOCOLO



35000.001685/2019-12

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)  
**Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul  
Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES N.º 28/2008**

Número do processo: 0705281-85.2018.8.07.0003  
Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**  
RECORRENTE: BANCO BMG SA  
RECORRIDO: PAULO ROBERTO DE MORAIS

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) **RECURSO INOMINADO (460)** em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74** e **RECORRIDO: PAULO ROBERTO DE MORAIS - CPF: 211.736.996-00.**

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N.º 28/2008.

Atenciosamente,

**PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES**  
Diretora de Secretaria  
2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 19031414431778600000007496749

https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031414431778600000007496749

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 14/03/2019 14:43:17

Processo 0705281-25.2018.8.07.0003 (1731693)

SEI 35000.001685/2019-12 / pg. 3

Num. 7666051 - Pág. 1

**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



**Órgão** Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO  
FEDERAL

**Processo N.** RECURSO INOMINADO 0705281-85.2018.8.07.0003

**RECORRENTE(S)** BANCO BMG SA

**RECORRIDO(S)** PAULO ROBERTO DE MORAIS

**Relator** Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

**Acórdão N°** 1149275

## EMENTA

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO COMPROVADA. INEXISTÊNCIA DA ALEGADA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. RESTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS INDEVIDAMENTE. FORMA DOBRADA. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

1. Inicialmente, deve ser **ressaltado que o presente caso é distinto da maioria daqueles casos sobre contratação de cartão de crédito com reserva de margem consignável. Neste, a alegação não é de vício de consentimento, erro quanto ao tipo de contrato celebrado ou a abusividade das cláusulas, mas sim a inexistência da alegada relação jurídica entre as partes.**
2. A presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
3. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que é revestida de verossimilhança as alegações autorais de que **jamais realizou com o réu contrato de empréstimo** na modalidade cartão de crédito consignado.
4. Corroborar a alegação do autor o fato do banco réu não ter juntado aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse a existência de relação jurídica entre as partes. Assim, **não havia qualquer justificativa para os descontos realizados no benefício previdenciário**, atraindo, portanto, a dobra legal (art. 42, parágrafo único, CDC). Assim, deve ser mantida a sentença neste ponto.





5. Consigne-se, todavia, que restou incontroverso nos autos que, **a despeito da inexistência de qualquer contratação entre as partes**, o valor de R\$ 3.294,60 foi depositado pelo réu na conta bancária do autor (ID 4741074), razão pela qual deve ser restituído ao banco.

6. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu o valor disponibilizado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, entre a dobra legal do valor efetivamente descontado até a data da declaração definitiva de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 4741074).

7. Cabe destacar que, **diferentemente de outros casos concretos**, neste o autor não foi privado de valores de seu benefício previdenciário, mas, ao contrário, teve considerável soma de dinheiro acrescentada em sua conta bancária. Assim, os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raízes do aborrecimento cotidiano, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

8. Recurso **CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) afastar a condenação do réu a indenizar o autor em danos morais; e b) determinar devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o resultado a dobra legal do valor efetivamente descontado até a data da declaração definitiva de nulidade do contrato (art. 42, parágrafo único, CDC) e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 4741074). Mantidos os demais termos.

9. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

10. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

11. Custas recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios à minguia de recorrente vencido na integralidade.

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 06 de Fevereiro de 2019

**Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS**  
Presidente e Relator



## RELATÓRIO



Trata-se de recurso inominado interposto pelo réu contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES E DANOS MORAIS, julgou procedentes os pedidos iniciais para: a) decretar a nulidade do contrato objeto da demanda; b) determinar a restituição dobrada dos valores descontados no benefício previdenciário pelo consumidor (3 parcelas); c) condenar o réu a indenizar o autor em R\$ 3.500,00 a título de danos morais; determinar a cessação dos descontos realizados no benefício previdenciário do autor.

Alega a existência de contrato entre as partes, a disponibilização do valor contratado ao consumidor e a legitimidade das cobranças realizadas.

Sem contrarrazões (ID 4741114).

É o relatório.

## VOTOS

**O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator**

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, deve ser **ressaltado que o presente caso é distinto da maioria daqueles casos sobre contratação de cartão de crédito com reserva de margem consignável. Neste a alegação não é de vício de consentimento, erro quanto ao tipo de contrato celebrado ou a abusividade das cláusulas, mas sim a inexistência da alegada relação jurídica entre as partes.**

A presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que é revestida de verossimilhança as alegações autorais de que jamais realizou com o réu contrato de empréstimo na modalidade cartão de crédito consignado.

Corroborar a alegação do autor o fato do banco réu não ter juntado aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse a existência de relação jurídica entre as partes. Assim, **não havia qualquer**



**justificativa para os descontos realizados no benefício previdenciário**, atraindo, portanto, a dobra legal (art. 42, parágrafo único, CDC). Assim, deve ser mantida a sentença neste ponto.

Consigne-se, todavia, que restou incontroverso nos autos que, **a despeito da inexistência de qualquer contratação entre as partes**, o valor de R\$ 3.294,60 foi depositado pelo réu na conta bancária do autor (ID 4741074), razão pela qual deve ser restituído ao banco.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu o valor disponibilizado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, entre a dobra legal do valor efetivamente descontado até a data da declaração definitiva de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 4741074).

Cabe destacar que, **diferentemente de outros casos concretos**, neste o autor não foi privado de valores de seu benefício previdenciário, mas, ao contrário, teve considerável soma de dinheiro acrescentada em sua conta bancária. Assim, os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raízes do aborrecimento cotidiano, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) afastar a condenação do réu a indenizar o autor em danos morais; e b) determinar devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o resultado a dobra legal do valor efetivamente descontado até a data da declaração definitiva de nulidade do contrato (art. 42, parágrafo único, CDC) e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 4741074). Mantidos os demais termos.

Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008.

Custas recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios à minguada de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal**  
Com o relator

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal**  
Com o relator

## DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME



Número do documento: 19021219452407200000007041201

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021219452407200000007041201>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 12/02/2019 19:45:24

Num. 7196449 - Pág. 4



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES  
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0705281-85.2018.8.07.0003

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

Assunto: [Cartão de Crédito]

RECORRENTE: BANCO BMG SA

RECORRIDO: PAULO ROBERTO DE MORAIS

### CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **14 de março de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 14 de março de 2019.



Número do documento: 1903141258273860000007495776

<https://pje2l.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=1903141258273860000007495776>

Assinado eletronicamente por: EDRIANE LOREDO DELFIACO - 14/03/2019 12:58:27

Processo 0705281-25.2018.8.07.0003 (1731693)

SEI 35000.001685/2019-12 / pg. 9

Num. 7665033 - Pág. 1



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 19 / 03 / 2019

**Ref.:** Ofício nº 195/2019, datado de 14 de março de 2019 (SIPPS nº 481.390.137)

**Int.:** SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS  
JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO  
FEDERAL

**Ass.:** Processo 0705281-85.2018.8.07.0003 – Banco  
BMG SA e Paulo Roberto de Moraes

1. Trata-se de cumprimento de Acórdão.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios, para conhecimento e adoção das providências pertinentes, conforme art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008.

*Sidarta Costa de A. Souza*  
**SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA**  
Chefe de Gabinete da Presidência

rmst



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DIRETORIA DE BENEFÍCIOS-01.500, em 07.03.2019.**

**Ref.:** Processo Judicial n. 0704279-80.2018.8.07.0003  
– Aplicação de Penalidades da IN 28 – Banco Olá  
Bonsucesso Consignado S.A (SIPPS 479.846.135)

**Int.:** Divisão de Consignação em Benefício

**Ass.:** Aplicação de penalidade.

Ciente.

Processo administrativo formalizado em decorrência de intimação judicial através de Ofício do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 ao Banco Olá Bonsucesso Consignado S.A.

Em que pese estarmos diante de intimação judicial, o INSS não foi autor da ação judicial, nem tão pouco parte no processo, razão pela qual para aplicação da penalidade prevista no Art. 52, incisos I a V, da IN INSS/PRES nº 28/2008 deverá obrigatoriamente observar o devido processo legal.

Desta forma, antes de aplicarmos a penalidade, deverão ser adotados os procedimentos administrativos que observem o contraditório e ampla defesa, com fundamento no Art. 5º, inciso LIV, da CF e Arts. 26 e seguintes da Lei nº 9784/1999 (Lei do Processo Administrativo), bem como previsto na Instrução Normativa INSS nº 74, de 03 de outubro de 2014, aplicáveis ao caso em questão.

Seguindo as disposições previstas nos referidos normativos, observando-se que a IN 100/2018 ainda não entrou em vigência, deverá ser adotado o seguinte fluxo antes da aplicação da penalidade, se for o caso:

- a) Notificar a instituição financeira, mediante ofício, em que conste expressamente a descrição da conduta alegadamente irregular, bem como a previsão de possibilidade de apresentação de defesa escrita, no prazo de dez dias, contatos a partir do recebimento da notificação, que deverá ser certificada nos autos;
- b) caso a instituição financeira envolvida não apresente a defesa no prazo, deverá ser certificada no processo administrativo tal ocorrência;
- c) caso a instituição financeira envolvida apresente defesa, ela deverá ser motivadamente apreciada pela DCONB;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



d) esgotadas as providências previstas nos itens "a a "b", a DCONB elaborará Nota Técnica nos autos e proporá à Coordenação-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios - CGGPB o arquivamento ou a aplicação de penalidade específica, dentre outras medidas que entenderem cabíveis.

e) da decisão da CGGPB caberá recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, que será direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não a reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à DIRBEN, para decisão no prazo de trinta dias, a partir do seu recebimento; e

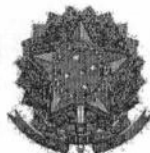
f) da decisão da DIRBEN caberá novo recurso hierárquico, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, direcionado à autoridade que prolatou a decisão, a qual, não reconsiderando no prazo de cinco dias, deverá encaminhar os autos à Presidência do INSS, no prazo de trinta dias a partir do seu recebimento.

Esclareço que o fato de se tratar de ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal proferido em processo do qual a instituição bancária foi ré, não retira do INSS a obrigatoriedade de se observar o devido processo legal em relação às penalidades que serão impostas no âmbito administrativo, uma vez que para esta há necessidade de se seguir o fluxo especificamente administrativo.

Retorno à Divisão de Consignações para as providências acima citadas.

  
**MÁRCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº109/INSS/CGGPB/DCONB

Recebi em 22/03/19

às 11:05hs.

Antônio Ribeiro

Brasília, 19 de março de 2019.



Ao Senhor

EDUARDO MAZON

Diretor do Banco BMG S/A

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 10º, 11º, 13º e 14º andares - parte Cond. Ed.

S Luiz, Vila Nova Conceição

CEP 04.543-000 - SAO PAULO/SP

**Assunto: Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – Notificação**

**Ref.: Ofício 195/2019/ SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL**

Senhor Diretor,

1. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

**I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de: grifo nosso**

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; grifo nosso

**II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:**

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

**III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;**

**IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e**

**V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:**

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e





b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea “b” do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão mantidas, independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção.

§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

2. A recomendação foi motivada pela condenação do Banco BMG S/A, no processo relacionados abaixo, transitado em julgado, após recurso interpostos por essa Instituição, provido em parte, onde o banco foi condenado por conduta irregular em relação ao contrato de cartão, celebrados junto a beneficiários da Previdência Social.


Ofício	Processo	Recorrido	CPF	NB	Contrato
195/2019	0705281-85.2018.8.07.0003	PAULO ROBERTO DE MORAIS	211.736.996-00	164.687.974-8	13756540

3. As conclusões foram de que o beneficiário jamais realizou o contrato, corroborado com o fato de o BMG quando demandado não apresentar o referido. O banco foi condenado a pagamento de danos morais, a suspensão imediata dos descontos, a declarar a nulidade do contrato e à restituição em dobro do valor descontado.

4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos art. 5º, inciso LV da CF, antes da aplicação da recomendada penalidade, concedemos a essa Instituição, prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do presente ofício para apresentação de defesa.

5. Enviamos em anexo, ofícios com as decisões judiciais em questão.

Atenciosamente,

  
**ANGELA REGINA LIMA DE OLIVEIRA**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios

Carlos Adolfo Junqueira de Castro  
Juscelino Teixeira Barbosa Filho  
Ana Cristina Goulart de Mendonça Santos  
Alexandre Junqueira de Castro  
Tristão Tavares Santos  
Letícia Madureira Horta Canabrava  
Rafael de Souza Oliveira Penido  
Ivan Almeida Carvalho  
Paulo Roberto de Oliveira Elias  
Vinicius Teixeira Pinheiro  
Marcelo Vital de Sales Andrade  
Bruno Cunha de Castro  
Raquel Colares Sartore  
Nathália Alvares Campos Fontão  
Kátia Yumi Biancardi  
Bruno Assumpção Costa  
Arthur Thomazi Moreira  
Ciro Starling Teixeira  
Ana Carolina Araújo Barbosa de Assis  
André Botelho de Abreu Sampaio  
Romelita Tavares Santos Alvim  
Maruf Mattar Netto  
Carolina Bujaude Hadad Antonio



BARBOSA, CASTRO & MENDONÇA  
Advogados Associados

Marcus Lage Pinto  
Mauricio Galdino Quirino Junior  
Bernardo De Castro Viglioni  
Daniella Coelho Brandão Xavier  
Paula Cambraia de Paiva  
Diego de Sousa Pugas  
Matheus Mattar Pereira Soares Senna  
Daniel Alves Lima da Silva  
Italo Lima Santana Moreira  
Paula Oliveira Julio  
Lucas Guimarães Lima  
Arthur Mansur de Calais  
Isabela Guerra de Carvalho Lage  
Luisa Teixeira de Assis  
Mariana Leite Goes dos Santos  
Henrique de Oliveira Freitas Rosa  
André Girundi de Paula  
Luizza Carvalho de Souza  
Mariana Novy Dias  
Pedro Henrique Fernandes Pato Fraga  
Pedro Valle Vargas Maia Portes  
Carolina Nacif Magalhães



**Ao**

**INSS – Instituto Nacional do Seguro Social**

**A/C da Divisão de Consignações em Benefícios**

**Att.: Dra. Angela Regina Lima de Oliveira – Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios**

**Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 – Bloco O – 8.º andar**

**Brasília/DF**

**CEP 70070-946**

**Ref. Ofício n.º 109/INSS/CGCPB/DCONB**

**BANCO BMG S.A. ("BMG")**, com sede e foro na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04543-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, neste ato devidamente representado por seu representante legal, tendo em vista o recebimento do ofício em questão, vem, tempestivamente, apresentar sua **DEFESA** a esta respeitável autarquia federal, conforme adiante exposto:

## **I – BREVE SÍNTESE DO PROCESSADO**

1. O BMG recebeu o ofício supra referenciado, cujo assunto é "Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008 – Notificação", cujos termos são os seguintes:

"(...)

Senhor Diretor,

Recebido em 15.25 hs. 04/04/2009  
Angela Regina L. de Oliveira  
Chefe da Divisão de Consignações  
de Benefícios  
DCONB/CGPB

Belo Horizonte/MG - Rua Sergipe, 1293 Funcionários - CEP 30.130-174 - Tel: 55 31 3507-1500  
São Paulo/SP - Avenida Paulista, 326, conj. 28-29, Bela Vista - CEP 01.310-902 - Tel: 55 11 3262-3525  
www.barbosacastro.com.br

1. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN 28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Fls. 11  
Rubrica: [assinatura]

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

**I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela DIRBEN, nos casos de: grifo nosso (sic)**

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

**b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; grifo nosso (sic)**

**II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:**

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

**III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;**

**IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e**

**V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:**

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea b do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão mantidas, independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção.

§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação

divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.



2. A recomendação foi motivada pela condenação do Banco BMG S/A, no processo relacionados abaixo, transitado em julgado, após recurso interposto por essa Instituição, provido em parte, onde o banco foi condenado por conduta irregular em relação ao contrato de cartão, celebrados junto a beneficiários da Previdência Social.

Ofício	Processo	Recorrido	CPF	NB	Contrato
195/2019	0705281-85.2018.8.07.0003	PAULO ROBERTO DE MORAIS	211.736.996-00	164.687.974-8	13756540

3. As conclusões foram de que o beneficiário jamais realizou o contrato, corroborado com o fato de o BMG quando demandado não apresentar o referido. O banco foi condenado a pagamento de danos morais, a suspensão imediata dos descontos, a declarar a nulidade do contrato e à restituição em dobro do valor descontado.

4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos art. 5º, LV da CF, antes da aplicação da recomendada penalidade, concedemos a essa Instituição, prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do presente ofício para apresentação de defesa.

5. Enviamos em anexo, ofícios com as decisões judiciais em questão.

Atenciosamente,

(...)" - grifou-se.

2. Consta-se que o ofício retro se fez acompanhado de 1 (um) ofício subscrito, pela Diretora de Secretaria da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Dra. Patrícia Torres Santos Magalhães, no qual está anexado o respectivo acórdão proferido pelo referido órgão jurisdicional, donde se verifica que figurou como Juiz Relator, o Dr. JOÃO LUIS FISCHER DIAS, o qual fez constar a seguinte ordem em seu voto: "oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008."

3. Sobressai, portanto, que o ofício recebido pelo BMG, decorre de uma recomendação emanada pelo citado Magistrado em acórdão de sua relatoria, a qual visa, expressamente, a aplicação de sanção prevista no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, delimitada na alínea "b" do inciso I do citado dispositivo legal, tal como destacado no ofício expedido por esta Eg. Divisão de Consignação em Benefícios.

4. Registre-se desde já que, diferentemente do que constou no ofício ora defendido, NÃO HOUVE CONDENAÇÃO DO BANCO AO PAGAMENTO DE DANOS

MORAIS AO CONSUMIDOR PAULO ROBERTO DE MORAIS, sendo certo que se verifica que, a dita recomendação ordenada pelo Magistrado, Dr. JOÃO LUIS FISCHER DIAS, é idêntica à que consta do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, em relação a qual o Banco também apresentou sua defesa perante esta Eg. Autarquia.



5. Certo é d. Julgadora, que conforme se demonstrará adiante, a recomendação do citado Magistrado não merece prosperar, quer seja pelos fatos e fundamentos apresentados preliminarmente na presente defesa, quer seja pelas alegações meritórias, que também atestam a inexistência de qualquer "prática lesiva" adotada pelo BMG – *que no caso em exame, sequer foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais, reitere-se*, que justifique/motive a aplicação da severa sanção cominada no ofício em relação ao qual se apresenta a presente defesa.

6. De fato, salta aos olhos a inexistência de razões e motivações fáticas e/ou jurídicas - *e muito menos se mostra razoável e proporcional* - para a aplicação de qualquer sanção a esta instituição financeira em decorrência dos fatos tratados neste procedimento, requerendo assim desde já o BMG, com a *devida maxima venia*, seja ordenado o pronto arquivamento deste procedimento, conforme fundamentos a seguir expostos.

**II – PRELIMINARMENTE – QUESTÃO DE ORDEM - DA  
NECESSIDADE DE REUNIÃO DO PROCEDIMENTO  
ORIUNDO DESTES OFÍCIO N.º  
109/INSS/CGCPB/DCONB COM O PROCEDIMENTO  
DECORRENTE DO OFÍCIO N.º 92/INSS/CGCPB/DCONB  
EM FUNÇÃO DE IDENTIDADE DE FATOS E  
FUNDAMENTOS QUE DELIMITAM OS OBJETOS DOS  
MESMOS**

7. Como dito linhas atrás, o procedimento do ofício ora defendido é idêntico ao do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, já que ambos decorrem da indevida recomendação do Magistrado, Dr. JOÃO LUIS FISCHER DIAS de aplicação de sanção prevista no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008 ao BMG, em função da ocorrência de sentenças judiciais transitadas em julgado em desfavor do BMG, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.

8. Registre-se que, o teor do ofício deste procedimento, oriundo da Secretaria da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, subscrito pela Dra. Patrícia Torres Santos Magalhães, é idêntico aos demais ofícios que



integram o procedimento também instaurado nesta Eg. Autarquia, sob o nº 92/INSS/CGCPB/DCONB, em relação ao qual o BMG também apresenta sua defesa, a qual é ratificada *in totum* também para o presente caso.



9. Assim, em função dos princípios processuais vigentes, especialmente da economia processual e segurança jurídica, e ante à manifesta identidade de fatos, fundamentos e sanção cominada, requer o BMG a reunião de ambos os procedimentos num único expediente, até mesmo para se evitar a prolação de decisões conflitantes entre si, e assim se preservar o consagrado princípio constitucional do devido processo legal.

10. Demonstrada, pois, a questão de ordem preliminar que deve ser enfrentada e solucionada na espécie, o BMG passa a demonstrar adiante que é completamente incabível a aplicação de qualquer sanção *in casu*, seja pelos vícios que acometem este procedimento logo em seu nascedouro, ou até mesmo pela flagrante perda de objeto, e ainda, pelo fato de que, também meritariamente, não se constata a presença dos mínimos requisitos legais necessários à aplicação de qualquer sanção a esta Instituição.

### **III – PRELIMINARMENTE – DA AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO MAGISTRADO, DR. JOÃO LUIS FISCHER DIAS, PARA RECOMENDAR AO INSS QUE APLIQUE SANÇÕES AO BMG**

11. Conforme adiantado no tópico anterior, tem-se que o presente processo emerge de uma recomendação expressa do Magistrado Dr. João Luis Fischer Dias, que de maneira isolada e individualizada, faz constar, de maneira totalmente indevida e ilegal, em mais um acórdão prolatado sob sua relatoria, ordem para que seja oficiada esta Eg. Autarquia, "*informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008.*"

12. Certo é que, à luz da Carta Magna - *que numa de suas cláusulas pétreas prevista logo em seu artigo 2.º preceitua a **independência** entre os três poderes da União*, tem-se que o Magistrado retro citado extrapolou os limites de sua competência, ao recomendar expressamente ao INSS a aplicação das sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, e isto, sem que tenha ficado comprovada e delimitada, de forma expressa e individualizada, qualquer prática lesiva do BMG em desfavor do consumidor listado no ofício ora respondido, o qual sequer obteve êxito quanto ao seu pleito de condenação do BMG ao pagamento de indenização por supostos danos morais, o que por si

só, também já é o suficiente para demonstrar a inexistência de qualquer "prática lesiva", in casu.



13. Fato é que, meritoriamente, demonstrar-se-á que não se pode considerar como "prática lesiva", a mera alegação do consumidor de que não celebrou o contrato, quando na realidade, conforme documentos anexos, constata-se que de fato houve sim, a celebração do contrato por parte do consumidor, tendo como objeto o cartão de crédito consignado, com autorização expressa de desconto do valor mínimo da fatura do cartão de crédito consignado em seu benefício previdenciário.

14. Assim, **ainda que tenha constado no acórdão de relatoria do citado Magistrado, de que supostamente, o "banco réu não juntou aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse a existência de relação jurídica entre as partes", no presente procedimento administrativo, deve-se pautar na busca da verdade real, com ampla defesa e produção de provas, SENDO CERTO QUE O BMG APRESENTA COM A PRESENTE DEFESA, O INSTRUMENTO CONTRATUAL DEVIDAMENTE FORMALIZADO PELO CONSUMIDOR PAULO ROBERTO DE MORAIS, que integra o objeto do ofício ora defendido.**

15. Antes de se aprofundar nas questões meritórias porém, cumpre demonstrar que o Magistrado em voga, integrante do Poder Judiciário, não detém competência de recomendar uma sanção administrativa junto a um outro Poder da União, mormente quando o mesmo sequer detém competência funcional para conhecer e julgar qualquer questão envolvendo esta Eg. Autarquia Previdenciária, a qual é submetida à competência e jurisdição da Justiça Federal, e não de um Tribunal Estadual, tal como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.

16. Aliás, aqui cabe esclarecer que, a equivocada recomendação recebida por esta Eg. Autarquia, não partiu do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF como se fez constar no ofício ora respondido, pois se assim fosse, evidentemente que a mesma estaria subscrita pelo Presidente daquele Eg. Tribunal, o que definitivamente não ocorreu na espécie.

17. O que ocorreu na realidade é que, tal como dito, um único Magistrado integrante da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, extrapolou os limites de sua competência, para recomendar, com base no seu entendimento isolado e equivocado, *data venia*, a aplicação de sanções ao BMG por esta Eg. Autarquia, sem que estejam presentes quaisquer dos requisitos legais para tal.



18. Veja Exma. Julgadora, que a ultrapassagem dos limites da competência por tal Magistrado é gritante, pois o mesmo não se limitou em apenas remeter ou dar ciência a esta Autarquia a respeito dos termos do acórdão por ele relatado, mas o fez com recomendação expressa para "*fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008*", o que implica em nulidade deste procedimento já em seu nascedouro, por violação expressa do disposto no art. 2.º da Constituição Federal de 1988.

19. Fato é que jurisprudência reiterada e consolidada do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** é no sentido de que **não cabe ao Poder Judiciário interferir no mérito do ato administrativo** e assim, evidentemente, é totalmente descabida a atitude do Magistrado Dr. João Dias de recomendar a aplicação de sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, e isto, repita-se, sem que tenha ficado comprovada e delimitada, de forma expressa e individualizada, qualquer prática lesiva do BMG em desfavor do consumidor Paulo Roberto de Moraes.

20. Tanto é assim que, em recente julgamento do AgInt nos EDcl no REsp 1458777/RS ocorrido em **03/04/2018**, de Relatoria do Ministro **BENEDITO GONÇALVES**, integrante da Primeira Turma, afirmou-se na Corte Superior que, "*observadas todas as formalidades e requisitos legais inerentes ao ato administrativo, não cabe ao Poder Judiciário interferir em seu conteúdo, sob pena de indevida afronta à independência dos poderes.*"

21. Ainda, cumpre observar que somente em situações excepcionais se é tolerado que o Poder Judiciário faça a análise e o controle do ato administrativo, e isto, evidentemente, somente a posteriori, **não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade**, o que corrobora sobremaneira a tese ora defendida, no sentido de que a recomendação exarada pelo Dr. João Dias de abertura do presente procedimento e aplicação de sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, é absolutamente ilegal e abusiva, o que acaba por viciar este procedimento com uma inarredável nulidade absoluta logo em seu nascedouro, já que sequer poderia ter sido instaurado em decorrência de uma recomendação ilegal, *data venia*. Confira-se este entendimento também expressado pelo **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em recentíssimo julgamento deste ano de 2019, a saber:

**ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. INCURSÃO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PENA APLICADA. PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS. MAGISTRADO. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A DIGNIDADE, HONRA E DECORO DAS FUNÇÕES. SANÇÃO. ADEQUAÇÃO.**



**1. No controle jurisdicional do processo administrativo, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao campo da regularidade do procedimento, bem como à legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade.**

2. É firme o entendimento de que é possível o exame da penalidade imposta, acerca da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação da pena, já que estaria relacionada com a própria legalidade do ato administrativo.

3. Nos termos do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, a Administração obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa e contraditório, devendo os referidos postulados ser observados inclusive na aplicação dos atos sancionatórios.

**4. Especificamente em relação à proporcionalidade, alguns parâmetros devem ser adotados, sendo três as balizas a serem observadas: i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido; ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso; iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar.**

5. Do magistrado exige-se comportamento ético, moral, ilibado e probo tanto na vida pública como na particular, devendo agir sempre de forma compatível com a relevante função que exerce, conforme inteligência do Código de Ética da Magistratura, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça em agosto de 2008, que estabeleceu preceitos complementares aos deveres funcionais dos juízes que emanam da Constituição Federal, do Estatuto da Magistratura e das demais disposições legais.

6. Hipótese em que mostra-se correta a aplicação da pena de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais à magistrada ante a prática de conduta gravíssima, incompatível com a dignidade, honra e decoro de suas funções, qual seja, a determinação de busca e apreensão de armas que estariam em poder, supostamente, de um morador do condomínio no qual ela residia, sem provocação do Ministério Público ou de autoridade policial, diligência que ela conduziu pessoalmente, e, ainda, o confisco de câmera fotográfica e a voz de prisão dada à empregada doméstica da residência. Aplicação do art. 56, II, da LC 73/1979.

7. Recurso desprovido.

(RMS 33.671/RJ, Rel. Ministra **REGINA HELENA COSTA**, Rel. p/ Acórdão Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe **14/03/2019**)

22. Ora, fato é que, os termos do ofício ordenado pelo Magistrado a esta Eg. Autarquia, contém manifesta interferência e ingerência na administração pública do Poder Executivo, na medida em que expressamente recomenda a aplicação de uma sanção administrativa, cujas conveniência e oportunidade devem ficar restritas a esta própria Autarquia, sem qualquer interferência de qualquer integrante de um Poder alheio, tal como o Judiciário e/ou Legislativo, sendo certo que, como dito, o ofício recebido por esta Eg. Autarquia, sequer delimita e individualiza a suposta - e *inexistente* - prática lesiva imputada

ao BMG, o que reforça ainda mais a ilegalidade deste procedimento, já que o BMG se vê numa situação de apresentar uma defesa em relação a uma conclusão subjetiva, isolada e individual de um integrante de um Poder alheio, que sequer detém competência para tal, conforme demonstrado.



23. Neste ponto, vale reforçar a manifesta desproporcionalidade do ato praticado por uma autoridade flagrantemente incompetente, no caso o Magistrado Dr. João Dias, eis que, como dito, no caso do consumidor Paulo Roberto de Moraes que foi objeto do indevido ofício por ele determinado com ilegal recomendação de sancionamento do BMG, subsiste relação contratual devidamente formalizada entre as partes, sobre a qual, o consumidor, aparentemente, divergiu em relação à forma de execução, o que definitivamente, não pode ser considerado como "*prática lesiva*" para fins de aplicação da sanção prevista na alínea "b" do inciso I do art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008 – *até porque, como dito, sequer houve condenação ao pagamento de danos morais*, sobressaindo daí, a manifesta ausência de competência do citado Magistrado para avaliar, sob a ótica da autoridade administrativa competente, ou seja, desta própria Autarquia Previdenciária, a oportunidade e conveniência de se sancionar o BMG à luz dos seguintes princípios que devem reger o ato administrativo tal como asseverado pelo STJ no julgamento invocado linhas atrás, quais sejam:

***"i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido;***

***ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso;***

***iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar."***

24. D. Julgadora, é evidente que não há possibilidade de se aplicar a pretendida sanção ao BMG frente aos fatos em voga, eis que, além do vício intransponível ora apontado que acomete o presente procedimento, há que se destacar que o crédito consignado trata-se de uma modalidade de concessão de crédito no mercado de consumo relativamente nova, a qual vem passando por constantes aprimoramentos não só por parte das instituições financeiras atuantes no mercado pátrio, mas também por parte desta Eg. Autarquia Previdenciária, tudo de forma a conferir a mais absoluta segurança e solidez para todas as partes envolvidas, e especialmente para o próprio consumidor.

25. Ademais, é público e notório o considerável volume de transações realizadas por consumidores envolvendo esta linha de crédito que se demonstra infinitamente vantajosa frente às demais linhas de crédito disponíveis no mercado financeiro, com taxa de juros infinitamente inferiores em relação às demais, sendo certo que não se revela proporcional e adequado, que venha o BMG sofrer severa sanção tal como a indevidamente recomendada por um integrante do Poder Judiciário em ato que extrapola sua competência e atenta contra a independência dos Poderes, frente a um único contrato celebrado se comparado com o volume total de transações, o qual foi efetivamente celebrado pelo consumidor conforme se comprova pelos documentos anexos, não subsistindo, pois, qualquer prática lesiva do BMG, tanto que tal consumidor sequer logrou êxito quanto a sua pretensão judicial de condenação do BMG ao pagamento de indenização por danos morais ao seu favor.

26. Daí que, se demonstrará adiante, que a par da intransponível preliminar ora apresentada, que por si só já leva à necessidade de pronto arquivamento deste procedimento pelo vício constatado logo em seu nascedouro, atualmente, há inclusive a perda de objeto do presente processo face à edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, a qual, visa justamente, eliminar ao máximo, a possibilidade do consumidor que celebrou determinado contrato com uma instituição financeira envolvendo o crédito consignado, venha futuramente alegar desconhecimento acerca da contratação, ou alegar qualquer vício de consentimento e/ou informação quanto ao objeto que está contratando e a sua forma de execução, o que reforça ainda mais a necessidade de arquivamento do presente procedimento sem a aplicação de qualquer sanção ao BMG, o que se requer desde já.

**IV – PRELIMINARMENTE - DA PERDA DO OBJETO  
DESTE PROCEDIMENTO EM FUNÇÃO DA EDIÇÃO DA  
INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 100 DE 28/12/2018  
PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM  
31/12/2018 COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/04/2019**

27. Excelentíssima Julgadora, de plano, também cumpre suscitar relevante questão que implica na perda de objeto do presente procedimento, o qual, como demonstrado no tópico anterior, também padece de vício insanável constatado logo em seu nascedouro.

28. Certo é que, a disseminação do crédito consignado no mercado de consumo pátrio, se deu após a edição da Lei 10.820/2003.

[assinatura]

29. Fato é que, seguindo a exegese legislativa da Lei 10.820/2003, emergiram inúmeros outros atos normativos estaduais e municipais dispondo acerca da concessão e operação do crédito consignado no âmbito de suas respectivas competências, sendo certo que, no âmbito da Previdência Social Federal, a Instrução Normativa n.º INSS/PRES n.º 28/2008 veio a regulamentar a concessão de crédito consignado aos beneficiários do INSS.

30. Urge ressaltar ainda que, inicialmente, o crédito consignado limitava-se à operação de empréstimo consignado, sendo certo que, posteriormente, foi facultada por disposição de Lei expressa, a contratação do cartão de crédito consignado, no qual, em suma, o consumidor autoriza a averbação da contratação em sua RMC – Reserva de Margem Consignável, para que o valor mínimo de pagamento da fatura de seu cartão contratado seja descontado em folha de pagamento.

31. Ressalte-se que, tanto as operações de empréstimo consignado quanto de cartão de crédito consignado, possuem encargos remuneratórios bastantes inferiores se comparados com as operações de créditos comuns assemelhadas, ou seja, empréstimo pessoal e cartão de crédito convencional, constituindo, portanto, uma linha de crédito extremamente vantajosa para o consumidor.

32. Não à toa e não raramente que, dado ao estrondoso volume de contratações, foi necessário tanto para esta Eg. Autarquia Previdenciária quanto para as próprias Instituições Financeiras, buscarem o constante aprimoramento e evolução quanto à concessão e operacionalização desta linha de crédito no mercado de consumo pátrio, visando à máxima garantia de segurança e solidez das operações para todas as partes envolvidas (consumidor, fornecedor – *instituição financeira*, e INSS).

33. Neste diapasão, ao longo da evolução do crédito consignado, aprimorou-se as instruções normativas editadas por esta Autarquia Federal, assim como aprimorou-se os instrumentos contratuais utilizados pelas instituições financeiras, principalmente quando se deparou com situações onde foram constatados problemas na oferta, contratação e operacionalização/execução das relações envolvendo os consumidores, instituições financeiras e INSS, isto, tanto no que diz respeito ao empréstimo consignado quanto ao cartão de crédito consignado.

34. Por outro lado, é inegável os benefícios auferidos pelos próprios consumidores com a manutenção e aprimoramento desta linha de crédito, já que não mais ficam refém das elevadas taxas de juros inerentes ao crédito pessoal e ao cartão de crédito convencional.







35. Contudo, é fato público e notório que, em algumas relações contratuais entre consumidores e instituições financeiras emergem divergências no decorrer da execução contratual, o que é natural, evidentemente, até porque, se está examinando um universo de milhões de contratos em andamento, sendo este fato inerente tanto aos contratos cuja linha de crédito seja o consignado, como também nos próprios contratos envolvendo as linhas de crédito convencionais.

36. Aliás, há que se registrar que tais divergências no decorrer das relações contratuais não são privilégios do setor financeiro, eis que também são públicas e notórias divergências contratuais no setor de telefonia, planos de saúde suplementar, construção imobiliária, dentre outros setores, onde subsistem milhões de contratações em andamento.

37. E na grande maioria das vezes, tem-se que tais divergências são sanadas por meio de demandas individuais, onde não necessariamente se verifica a existência de prática lesiva por qualquer uma das partes, mas descentendimentos sanáveis e reparáveis, excetuando-se, evidentemente, situações dolosas, que aí sim devem ser objeto de sanções mais severas, o que definitivamente não ocorre *in casu*.

38. Com efeito, com a implantação e evolução do cartão de crédito consignado no mercado de consumo pátrio, foi-se observando a dificuldade de uma determinada gama de consumidores em compreender exatamente o real alcance do produto, assim como sua distinção em relação ao empréstimo consignado.

39. Aqui vale registrar que, não raras às vezes, o consumidor, pretendendo contratar crédito, não mais possui margem consignável para um empréstimo consignado, e assim opta, de forma consciente, por contratar o cartão de crédito consignado, e posteriormente, alega maliciosamente, não ter sido devidamente informado do mecanismo e funcionamento do cartão de crédito consignado, com vias de revisar ou anular a contratação por ele celebrada através de sua livre e espontânea vontade.

40. E diante deste cenário, é que se buscou constante aprimoramento da oferta e contratação do cartão de crédito consignado, sendo certo que, no âmbito do BMG, foi-se aprimorando os instrumentos contratuais, de modo que não pairasse quaisquer dúvidas ao consumidor, de que o mesmo está diante de uma contratação de cartão de crédito consignado e não empréstimo consignado.

41. Exemplificando tal fato, cumpre registrar que há anos, o BMG só permite a contratação de cartão de crédito consignado em instrumento contratual específico, onde só há a possibilidade de se realizar a contratação desta única linha de crédito, no qual contém inúmeros alertas de que a contratação envolve o cartão de crédito consignado.

42. De fato, o instrumento contratual há tempos utilizado pelo BMG para oferta e contratação do cartão de crédito, que segue anexo à presente manifestação, por si só, é bastante claro, preciso e adequado no tocante à informação de qual tipo de contratação que se está celebrando, assim como em relação à forma de pagamento em caso de realização de compras e/ou saques com o referido cartão.

43. Inicialmente, cumpre destacar que o título do instrumento contratual celebrado com o consumidor é **CLARO** e **PRECISO**, acerca da informação do que se está contratando. Confira-se:

**"TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO  
CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A. E  
AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE  
PAGAMENTO"**

44. Outrossim, logo abaixo aos dados pessoais do consumidor a serem inseridos no Quadro I do contrato, verifica-se a existência do Quadro II, com letras em destaque e negritadas, com a seguinte informação:

**"II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO  
CONSIGNADO:**

**1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado)"**

45. Verifica-se, portanto, que logo no início do instrumento contratual a ser firmado pelo consumidor, já há informação clara, precisa e adequada, EM DESTAQUE, de que a contratação se trata de um cartão de crédito consignado em folha de pagamento, sendo que o desconto consignado em folha de pagamento "é para pagamento do valor mínimo indicado na fatura", o que reforça a completa impossibilidade de qualquer consumidor ser "enganado" e imaginar "que estava contratando um empréstimo consignado" ao invés do cartão de crédito consignado ofertado por meio de tal instrumento contratual.



46. Confira-se abaixo a reprodução de tais informações do instrumento contratual que segue anexo:

TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Convênio	Nº ADE
<b>I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)</b>	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº de matrícula ou benefício 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF) 10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 13. Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 14. Renda Mensal/ Outras rendas 15. Patrimônio 16. Nome da Mãe/Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a) 16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativa) 17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar) 18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outras (especificar)	
<b>II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>	
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado) 2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional 4. Vencimento 5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) 6. Cadastro (Agência novo cadastro) 7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular) 9. Forma de Pagamento: Mensal	
<b>III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR</b>	
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente	
<b>IV - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)</b>	
Valor por cartão solicitado* *O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada	
<b>V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)</b>	
1. Empresa / CNPJ / Cod Loja 2. Endereço/telefone 3. Nome/CPF do Agente de Venda	
Local e data:	Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card
	Assinatura do TITULAR: _____

47. Neste diapasão, é impossível, quer faticamente ou juridicamente, afirmar-se que os moldes da contratação atualmente ofertada BMG impede que o consumidor tenha pleno conhecimento do que está contratando e qual será a forma de pagamento do crédito que lhe está sendo concedido, ou ainda, que o BMG não estaria prestando informações claras e precisas ao consumidor a respeito da modalidade contratada e suas implicações, **cabendo destacar inclusive a existência da reprodução de uma imagem de um cartão de crédito no próprio Termo de Adesão da contratação!**

48. Reforçando tal conclusão, cumpre invocar ainda as cláusulas 6.1. e 6.2. do QUADRO VI do instrumento contratual disponibilizado pelo BMG, as quais são redigidas em letras de tamanho considerável, **com destaques grifados e em negrito**, sendo de fácil entendimento para quem quer seja. Confira-se o teor de tais cláusulas:



**"VI – CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.:**  
**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO: 6.1. O (A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretratável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro (s) produto(s)."**

49. Contudo, como dito alhures, ainda que se tenha atingido a tal nível de clareza e precisão quanto a informação do que se está contratando, ainda se depara com consumidores apresentando suposta divergência em relação à contratação, com base na alegação de que imaginavam estar contratando um empréstimo consignado e não um cartão de crédito consignado, ou que simplesmente não reconhecem a contratação do cartão, ou ainda, como inúmeras justificativas distintas para não reconhecerem a contratação.

50. No caso do consumidor em análise, ou seja, PAULO ROBERTO DE MORAIS, tem-se que sua alegação de desconhecimento de sua contratação perante o BMG é totalmente descabida, na medida em que o mesmo firmou sim, de forma livre e consciente, o **TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A. E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO'** reproduzido linhas atrás, em relação ao qual se demonstrou que inexistia qualquer possibilidade do consumidor não ter plena ciência do objeto que se está contratando. Confira-se a sua reprodução:



TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A. E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Convênio: INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	Nº ADE: 51589644
<b>I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)</b>	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. / Tipo / Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 10. Naturalidade (Cidade/UF) 11. Telefone (residencial) / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio 14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a) 16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/ (b) Sim (justificativa) 17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar) 18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/ Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outras (especificar):	1. PAULO ROBERTO DE MORAIS 2. MASCULINO 3. 211.730.996-00 4. 2928682 Carteira de Motorista DETRAN / DF 13/08/2014 5. --- 8. 1646879748 7. Solteiro 8. 16/08/1957 9. BRASILEIRA 9.1 BRASILIA / DF 10. (61)99271.3700 / --- 11. --- 12. Q 84 Conjunto A ---, CASA L, PARQUE DA BARRAGEM SETOR 12, AGUAS LINDAS DE GOIAS, GO, 72.910-379 12.1 --- 13. R\$ 2.671,00 13.1 Patrimônio 14. JACY DE SOUZA LIMA MORAIS / OLAVO PIRES DE MORAIS 15. --- 16. Não 17. Financeira 18. Cartão
<b>II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>	
1. Valor consignado para pagamento da valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao convênio) 2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional 4. Vencimento 5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) 6. Cadastro (Apenas novo cadastro) 7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao titular) 9. Forma de Pagamento: Mensal	1. R\$ 128,45 2. Internacional 3. --- 4. 10 5. R\$ 15,00 6. --- 7. --- 8. ---
<b>III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR</b>	
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente	BANCO ITAU UNIBANCO S/A 341 / 7957 - / 20701 - 7
<b>IV - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)</b>	
Valor por cartão solicitado¹. ¹O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.	R\$3,90
<b>V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)</b>	
1. Empresa / CNPJ / Cód Loja 2. Endereço/telefone 3. Nome/CPF do Agente de Venda	1. JOAQUIM FERNANDO DE SOUZA PINTO 20.892.200/0001-03 49334 2. R 7 SETEMBRO 304, CENTRO, NOVA CASTILHO, SP, 15.313-000 (09)7405-7903 3. ---

Local e data: 28/03/2018

Assine abaixo e confirme a contratação do seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card



Assinatura do TITULAR: *[assinatura]*

51. E não é só Exma. Julgadora, além do Termo de Adesão retro reproduzido, o consumidor também firmou uma "PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG", assim como uma "CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (CCB) – CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG", e uma "DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA", tudo conforme documentos anexos à presente defesa!!

52. Confira-se a reprodução de tais documentos:

*[assinatura]*



PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG			
<b>Credor:</b> BANCO BMG S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 06.956.680/0001-74, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 8º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo (SP), neste ato representado nos termos de seu estatuto social, doravante denominado BANCO/BMG.			
<b>Resumo da proposta:</b> Nome do Cliente: PAULO ROBERTO DE MORAIS			
CPF: 211.730.996-00		E-mail: _____	
Finalidade da operação: Financeira		Quantidade de parcelas: Uma parcela	
Taxa de Juros máxima (Tjmax) / Custo efetivo Total Máximo (CETmax)		Valor Total Solicitado: R\$ 3.319,00	
Tj max (% ao mês / % ao ano)		Convenio BMS 3.00% / 43.28% de 3.00% e 7.39% / de 43.28% a 154.78%	
CETmax (% ao mês / % ao ano)		Convenio SIAPE 3.65% / 54.68% de 3.65% e 8.67% / de 54.68% a 173.34%	
		Convenio 4.27% / 69.43% de 4.27% e 8.67% / de 54.68% a 173.34%	
<small>* Custo Efetivo Total (CET): O CET expressa o valor da taxa percentual anual, correspondente à Taxa de Juros, incluindo tarifas, seguros, juros sobre juros, despesas por ato administrativo, e que a respectiva taxa percentual anual representa os seguintes valores no dia da sua emissão.</small>			
Aprovação da proposta sujeita à análise cadastral, de crédito e existência de limite de crédito disponível para utilização no cartão de crédito consignado BMG Card de titularidade do Cliente. O valor solicitado poderá ser alterado em razão da margem consignável e/ou limite de crédito efetivamente disponível, bem como em caso de portabilidade, conforme previsto nas Condições Gerais da Cédula de Crédito Bancário referente à contratação de operação de crédito pessoal oriunda de saques realizados por meio de cartão de crédito consignado emitido pelo BMG, registradas em 10 de fevereiro de 2017 perante o 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 1.548.948, as quais foram disponibilizadas previamente à assinatura da presente proposta e encontram-se disponíveis nos canais de atendimento do BMG destacados no final do presente documento e no site <a href="http://www.bancobmg.com.br">www.bancobmg.com.br</a> . Caso a presente proposta seja aprovada, o BMG lhe comunicará a encaminhamento das demais condições financeiras da operação aprovada, podendo tal comunicação ser feita, inclusive, via SMS ou e-mail, considerando os dados informados no presente documento. Caso você não esteja de acordo com os valores da operação contratada você poderá, no prazo de (7) sete dias contados do recebimento da confirmação da contratação, entrar em contato com o BMG, por meio dos canais de atendimento abaixo informados, e solicitar o cancelamento da operação. Declara, para as devidas fins, que recebeu esta proposta, integramente preenchida.			
Local/data: _____		Assinatura do cliente: _____	
<b>Declaração de não habilitado ou impedido de assinar:</b> Declaro que não atentamente a leitura das informações constantes nesta proposta, com as quais estou de pleno acordo. A seguir, o(a) cliente, assina e rogado:			
Nome: _____		CPF: _____	
Testemunhas: 1. _____		2. _____	
Nome/CPF: _____		Nome/CPF: _____	
Canais de atendimento Banco BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) / SAC 0800 979 9039 / Deixantes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / BOVINCRIA 0800 725 2044.			

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ("CCB")		Número da CCB: 8291318
<b>CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG</b>		
Local e Data da emissão: 28/03/2018 <input checked="" type="checkbox"/> Via Negociável <input type="checkbox"/> Via Não Negociável		
<b>QUADRO I - Credor:</b> BANCO BMG S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 06.956.680/0001-74, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 8º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo (SP), neste ato representada nos termos de seu estatuto social, doravante denominada BANCO/CREDBR.		
<b>QUADRO II - Qualificação do Cliente Emitente:</b> 1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. / Pass. / Bilhete Expedidor / Data de Emissão / Matrícula 5. Estado Civil 6. Data Nascimento 7. Telefone 8. E-mail 9. Naturalidade (Cidade/UF) 10. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)		
<b>QUADRO III - Características da Operação de Crédito:</b> 1. Finalidade da Operação 2. Operações refinanciadas 3. Valor Total da operação 4. Valor liberado ao EMITENTE 5. Quantidade e Valor de cada parcela 6. Data do vencimento (primeira e última parcela) 7. Taxa de Juros Remuneratórios (% a.m. / % a.a.) 8. IOF 9. Informações sobre o Seguro		
<b>QUADRO IV - Demonstrativo de Custo Efetivo Total:</b> 1. Valor Total da Operação 2. Valor Liberado 3. Valor Refinanciado 4. Valor Portado 5. Valor para pagamento de outras dívidas 6. IOF (se financiado) 7. Tarifa de Cadastro 8. Tarifa de Saque 9. Seguro (se financiado) 10. Custo Efetivo Total (CET) (% a.m. / % a.a.) <small>* Valor em R\$ = % sobre o Valor total da Operação</small>		
<b>QUADRO V - Dados do Corresponsável no País/Substabelecido (preenchimento exclusivo da Banco):</b> 1. Empresa / CNPJ / telefone 2. Endereço 3. Nome/CPF do Agente de Vendas		
<b>Promessa de pagamento:</b> O EMITENTE promete pagar por esta cédula ao CREDOR, na praça de sua sede ou à sua ordem, em moeda corrente nacional, a quantia certa, líquida e exigível informada no quadro III, constante no preâmbulo deste instrumento, mediante a forma por ele indicada no mesmo quadro, ao por outro meio acordado entre as partes, conforme apuração do saldo devedor discriminado em planilha de cálculo, nos termos da legislação aplicável à espécie, bem como as condições previstas no presente título. O EMITENTE declara estar ciente de que o valor das parcelas será lançado na fatura do cartão de crédito consignado de sua titularidade, conforme disposto no Quadro III constante no preâmbulo da Cédula de Crédito Bancário emitida, observada a data de vencimento do referido cartão, e que o valor da operação comprometerá o limite de crédito disponibilizado pelo BMG (amissor do cartão) para utilização do cartão. O EMITENTE declara estar de acordo com as disposições contidas nos condições gerais da Cédula de Crédito Bancário, registradas em 10 de fevereiro de 2017 perante o 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 1.548.948, as quais foram disponibilizadas ao(a) EMITENTE, previamente à emissão do presente título e encontram-se disponíveis nos canais de atendimento do BMG e no site <a href="http://www.bancobmg.com.br">www.bancobmg.com.br</a> . A PRESENTE Cédula de Crédito Bancário é emitida em quantidade de seis (6) cópias que serão distribuídas, sendo assinada e rubricada a via do CREDOR "negociável".		
EMITENTE: _____		CPF/MF: _____



---

*Declaração de Residência*

---

GRUPO  
FINANCEIRO  
**BMG**

Local/Data: Águas Lindas de Goiás. 27 de MARÇO de 2018.

Eu, **PAULO ROBERTO DE MORAIS**, de nacionalidade: **BRASILEIRO**, estado civil: **SOLTEIRO**, profissão: **APOSENTADO**, natural de **BRÁSILIA/DF**, nascido aos: **18/08/1957**, filho de **OLAVO PIRES DE MORAIS** e **JACY DE SOUSA LIMA MORAIS**, portador do RG nº. **2928682**, expedido em: **13/08/2014**, pelo órgão expedidor: **SSP/MG**, CPF nº **211.736.996-00**, DECLARO conforme artigo 1º da Lei 7115/83 que resido no seguinte endereço:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça): **QUADRA 84 CONJUNTO A**, Número: **S/N**, Complemento: **CASA L**, LOTE **1B** Bairro: **PARQUE DA BARRAGEM SETOR 12**, Cidade/Estado: **ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/SP**, CEP: **72910-379**

Solicito, ainda, que toda e qualquer correspondência seja encaminhada para o endereço acima informado.

DECLARO, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e especialmente criminais<sup>1</sup> a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Por ser verdadeira a declaração prestada, firmo-me.

<sup>1</sup> Falsidade ideológica - Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

53. Assim, não é crível que tal consumidor compareça em juízo alegando "*inexistência de relação jurídica entre as partes*" ou que "*jámais realizou com o réu contrato de empréstimo na modalidade cartão de crédito consignado*" como consta no acórdão de relatoria do Magistrado Dr. João Dias, quando na realidade documentada e ora comprovada, subsistem vários documentos/contratos assinados pelo próprio consumidor, sendo inconteste que a assinatura é realmente sua, de fácil constatação, bastando uma simples comparação com as assinaturas de tais instrumentos com a própria Carteira de Habilitação (Identidade) do consumidor, cuja cópia segue anexa à presente defesa!

54. Com efeito, não só o BMG, mas todas as outras Instituições Financeiras e o próprio INSS, ficam à mercê da lealdade ou não do consumidor de não deturpar a verdade realmente ocorrida, sendo que, não raras às vezes, infelizmente se constata a ausência de boa fé do próprio consumidor, que relata inverdades perante o Poder Judiciário, que também, infelizmente, não raras às vezes, comete flagrantes *error in judicando*, apegando-se ao princípio da hipossuficiência do consumidor, exigindo provas impossíveis das Instituições Financeiras de que o consumidor foi devidamente informado sobre o objeto da contratação, assim como da operacionalização e execução do contrato firmado.

55. Neste sentido, veja-se que, tal como demonstrado linhas atrás, o Termo de Adesão utilizado pelo BMG, não deixa qualquer margem de dúvidas a respeito do objeto da contratação, bem como do modo de execução contratual no decorrer da relação firmada entre as partes, sendo certo que o consumidor Paulo Roberto Moraes firmou exatamente este Termo de Adesão anuindo livremente com tal contratação, tendo ainda se beneficiado do saque livremente por ela solicitado e contratado, e ainda assim foi em juízo questionar a contratação.

56. E como se não bastasse tamanho prejuízo suportado pelo BMG não só num processo judicial onde se constata o julgamento com *error in judicando*, o BMG ainda se vê na situação de ter de se defender administrativamente contra uma indevida e nula recomendação de aplicação de sanção administrativa! Lamentável, *data venia*.

57. Neste diapasão, em função da reiteração de casos como desta jaez, e também por outras ocorrências diversas, **não obstante a clareza e precisão dos instrumentos contratuais disponibilizados no mercado de consumo pátrio como o do BMG**, mais uma vez, tanto Instituições Financeiras quanto o INSS se viram na necessidade de buscar um aprimoramento quanto à oferta e contratação do cartão de crédito consignado, visando eliminar as possibilidades de se alegar desconhecimento da contratação, falta de conhecimento do que foi contratado ou falta de informação, até porque, também houve o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700 pela Defensoria Pública da União contra o INSS perante a 3.<sup>a</sup> Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

58. Diante disto, na constante busca de soluções e aprimoramento para uma questão afeta ao cartão de crédito consignado, alcançou-se um acordo conjunto entre Instituições Financeiras, Defensoria Pública da União e INSS, do qual emergiu a edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, a qual, dentre outras alterações efetivadas na INSS/PRES n.º 28/2008, alterou a disposição do art. 21-A, criando





o **TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO – TCE**, que visa, justamente, eliminar qualquer possibilidade do consumidor alegar desconhecimento ou divergência do objeto contratado.

59. Confira-se a atual redação do art. 21-A, cuja vigência se iniciou no dia **01/04/2019**, a saber:

*"Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido - TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterá, necessariamente:*

*I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com fonte em tamanho quatorze;*

*II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";*

*III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;*

*IV - logomarca da instituição financeira;*

*V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;*

*VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;*

*VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:*

*a) "Contratei um Cartão de Crédito Consignado";*

*b) "Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão";*

*c) "A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura";*

*d) "Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores";*

*e) "Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional";*

*f) "Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que:*

1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;
  2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;
  3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;
  4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e
  5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios";
- g) "Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico)".

60. Registre-se que segue em anexo à presente manifestação, o **TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – TCE** já confeccionado pelo BMG nos termos da norma retro reproduzida, e que, necessariamente deverá integrar todas as contratações de cartão de crédito consignado no âmbito do BMG, firmadas a partir de 01/04/2019. Confira-se a reprodução do mesmo:

<b>BANCO BMG</b>	<b>TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>	
------------------	---	--

Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

<b>I – TITULAR:</b> I. Nome Completo do TITULAR / 2. CPF / 3. Nº do Benefício:	
<b>II – PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR:</b> Desde que cumpridas as condições descritas no item VI, abaixo, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até:	

Eu, acima qualificado como titular do cartão de crédito consignado contratado com o Banco BMG S/A, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco BMG S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
- (v) estou ciente de que a taxa de juros do Cartão de Crédito Consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito convencional;
- (vi) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu Cartão de Crédito Consignado, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado até o termo final do prazo citado no campo II do Quadro Preambular, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, **DESDE QUE:** (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção, até o total da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios.

Para tirar dúvidas acerca do Contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o TITULAR poderá entrar em contato, gratuitamente, com o Banco BMG S.A através dos seguintes Canais de atendimento: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) / Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 979 9099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / OUVIDORIA 0800 723 2044

Local e data:



Assinatura do TITULAR:

**DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR:** Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

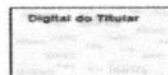
Nome:

CPF ou CE:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:



61. Com efeito, não restam dúvidas de que **NÃO SE REVELA ADEQUADO e NECESSÁRIO**, e muito menos **PROPORCIONAL**, que o BMG venha a ser sancionado na forma indevidamente recomendada pelo Magistrado, Dr. João Dias, em virtude fatos e divergências inerentes ao próprio produto do cartão de crédito consignado, que não são restritos ao BMG, evidentemente, e, **principalmente, que já se encontram devidamente solucionados e superados com a edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018.**

62. Ora, é certo com a edição da referida Instrução Normativa, a discussão e divergência enfrentada no processo que integra o ofício ora respondido, restaram efetivamente superadas, tendo havido o **esvaziamento do objeto deste procedimento.**

63. Assim, é imperioso se observar na espécie, os fundamentos apresentados pelo **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** no recente julgamento de **12/02/2019** (RMS 33.671/RJ, de Relatoria da Ministra REGINA HELENA COSTA), já invocado no tópico anterior, no qual se pontuou com precisão a necessidade de observância do princípio da proporcionalidade, fixando inclusive os **parâmetros objetivos** para tal. Pede-se a devida *venia*, para novamente transcrever tais parâmetros plenamente aplicáveis *in casu*, principalmente pelo fato de se ter demonstrado que com a edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, **houve a perda de objeto quanto à pretensão de sancionar administrativamente o BMG, conforme recomendado indevidamente pelo Magistrado, Dr. João Luis Fischer Dias. Confira-se:**

*"i) **adequação** - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido;*

*ii) **necessidade** - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso;*

*iii) **proporcionalidade em sentido estrito** - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar."*

64. Assim, na toada do entendimento da Corte Superior, *in casu*, não subsistem **ADEQUAÇÃO e NECESSIDADE** de se sancionar o BMG, eis que, conforme demonstrado, a divergência verificada no caso que integra o ofício/recomendação ordenado indevidamente pelo Magistrado do TJDF, tratava-se de um problema inerente ao cartão de

[assinatura]

crédito consignado vivenciado pelas inúmeras instituições financeiras concedentes desta linha de crédito, e pelo próprio INSS, sendo, portanto, a aplicação de sanção ao BMG e a qualquer outra instituição financeira, medida totalmente ineficaz para se alcançar a resolução definitiva do problema, **que não mais subsiste**, justamente em função da edição da edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que se revelou como um meio muito mais adequado do que a sanção indevidamente recomendada, além de se tratar de um **meio menos gravoso ou oneroso** para todos os envolvidos.

65. Ademais, também não se verifica qualquer **PROPORCIONALIDADE** na recomendação do citado Magistrado, até porque, além de envolver um único caso se comparado com o volume total de contratações, pode-se causar inúmeros prejuízos ao mercado financeiro num momento onde o país ainda se encontra assolado por grave crise financeira com milhões de desempregados, sendo certo que o prejuízo para os milhões de consumidores também é incalculável, já que ficarão privados de firmarem por dias contratações de uma linha de crédito muito mais acessível do que as convencionais, em função de um entendimento isolado e divergente de um Magistrado frente a um único caso somente, no qual sequer há qualquer comprovação de prática lesiva (tanto que sequer houve a condenação por danos morais), privando assim que milhões de outros consumidores possam suprir eventuais emergências e necessidades da vida cotidiana mediante acesso ao crédito consignado.

66. Destarte, é indubitável que com a edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, **houve a perda do objeto do presente procedimento**, o qual, somado ao vício insanável arguido preliminarmente no tópico anterior, deve, imperiosamente, ser prontamente arquivado, sem a aplicação de qualquer sanção ao BMG, haja vistos os princípios que devem reger os atos da administração pública, tal como previsto no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999, reiteradamente consagrados e reafirmados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, tudo como ora demonstrado na presente defesa.

67. Não obstante, por amor ao debate, e em caráter *ad argumentandum tantum*, ainda se demonstrará adiante que, também meritoriamente, não subsistem quaisquer razões fáticas legais para se aplicar qualquer sanção ao BMG.





**V – DO MÉRITO – DA AUSÊNCIA DE QUALQUER PRÁTICA LESIVA POR PARTE DO BMG – DA IMPOSSIBILIDADE DE SE APLICAR A SANÇÃO PREVISTA NO ART. 52, I, "B", DA IN 28/2008**

68. A par das robustas argumentações preliminares desenvolvidas nos tópicos anteriores, as quais por si só demonstram a impossibilidade de prosseguimento deste procedimento sancionatório em desfavor do BMG, meritoriamente, tem-se que também inexistem quaisquer motivos fáticos legais para aplicação da sanção indevidamente recomendada pelo Magistrado, Dr. João Dias, cominada no art. 52, I, "b", da IN 28/2008.

69. Certo é que, pela própria dicção legal do dispositivo sancionatório em voga, não se constata o preenchimento dos mínimos requisitos legais para se sancionar o BMG nos termos indevidamente recomendado pelo Magistrado, até porque, não se pode considerar que o simples fato de haver "sentença judicial condenatória", automaticamente, fica a instituição financeira fadada a ser sancionada também na esfera administrativa.

70. De fato, tanto o caput do artigo 52 da IN 28/2008 quanto a alínea "b" do seu inciso I, contém redação de cunho genérico e não taxativa, sem definição do que seria "prática lesiva", o que permite à autoridade sancionadora, uma atuação e interpretação discricionária – *e não vinculativa*, a qual, conforme reiterado posicionamento das Cortes Superiores demonstrado preliminarmente nesta defesa, deve observar os princípios da administração pública previstos no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999, notadamente os da razoabilidade e proporcionalidade.

71. Nesta toada, a interpretação do que seria a "*prática lesiva*" apontada na alínea "b" do inciso I do artigo 52 da IN 28/2008, não deve se limitar ao fato de haver sentença judicial transitada em julgado em desfavor da instituição financeira, mormente quando se verifica in casu, que além de haver contratação expressamente formalizada entre o BMG e o consumidor Paulo Roberto de Moraes, o mesmo sequer logrou êxito quanto ao seu pleito de dano moral, que, diferentemente do que constou no ofício ora rebatido, NÃO FOI DEFERIDO PELO ACÓRDÃO PROLATADO NO PROCESSO MOVIDO POR TAL CONSUMIDOR.

72. Ainda há que se ter em mente, o fato de eventualmente emergir divergências sanáveis e reparáveis entre a instituição financeira e o consumidor, não quer dizer por si só, que a instituição financeira cometeu uma prática lesiva que lhe enseje um severo sancionamento de suspensão de consignações/retenções/RMC pelo prazo de 5



(cinco) dias úteis, mormente quando se está diante de um único caso frente ao total de volume de contratações em andamento, e também, principalmente, se constata que nem sempre o consumidor pauta sua queixa com plena lealdade e fidelidade à realidade verdadeiramente ocorrida. Se assim não fosse, estar-se-ia cometendo brutal atentado contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evidentemente.

73. Outrossim, a conclusão de Magistrado no sentido de que *"há verossimilhança as alegações autorais de que jamais realizou com o réu contrato de empréstimo na modalidade cartão de crédito consignado"* ou suposta falta de informação quanto a funcionamento dos contratos, também não pode servir de base para uma sanção administrativa, até porque, são públicos e notórios os mais variados julgamentos do próprio Poder Judiciário, onde se constata flagrantes e inúmeros *error in iudicando*, eis que, nem sempre as próprias partes litigantes guardam obediência aos princípios da lealdade e boa-fé processual, não sendo raras as vezes, em que subsistem flagrante alteração da verdade dos fatos pelas partes. **E REITERE-SE, SEGUE EM ANEXO TODA A DOCUMENTAÇÃO ENVOLVENDO A FORMALIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O BMG E O CONSUMIDOR PAULO ROBERTO DE MORAIS, inclusive o Termo de Adesão devidamente firmado por ele tendo como objeto o cartão de crédito consignado.**

74. Ademais, também por tais documentos, especialmente os denominados "PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG", assim como a "CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (CCB) – CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG", constata-se que o consumidor Paulo Roberto de Moraes efetivamente solicitou e contratou o saque por meio do seu cartão de crédito consignado, havendo a liberação de tais recursos diretamente em sua conta bancária, conforme comprovante abaixo reproduzido, a saber:

BANCO BMG S/A				TED "E" RECIBO DO REMETENTE				Nº289111333							
CÓDIGO DO BANCO REMETENTE								CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO							
COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE	COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO	COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO				
018	318	0001	1999997	000	341	7987	20701-7								
NOME REMETENTE								NOME DESTINATÁRIO							
BANCO BMG S.A.								PAULO ROBERTO DE MORAIS							
CNPJ/CPF								CNPJ/CPF							
61.186.680/0047-57								211.736.996-00							
FINALIDADE								ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE							
01 - Crédito em Conta								SAQUE AUTORIZADO							
Mensagem SPB: PAG0143								VALOR							
								*****2.294,60							
VALOR POR EXTENSO															
TRES MIL DUENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS*****															
*****															
Nro Controle SPB: 201804057337835															

75. Daí, como se pode aventar a possibilidade de tal consumidor não ter plena ciência da contratação do cartão de crédito consignado livremente celebrado por ele, se mediante esta própria contratação do cartão, o consumidor solicitou e firmou documentos claros e precisos envolvendo um saque na ordem de R\$3.294,60 (três mil e duzentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos) que foi creditado em sua própria conta bancária!?

76. Outrossim, além de ser beneficiado pela utilização do cartão para fins de saque, vale reiterar ainda que, diferentemente do que constou no ofício ora defendido, o consumidor Paulo Roberto de Moraes **não logrou êxito em obter o deferimento do pedido de condenação do BMG ao pagamento de danos morais, o que reforça ainda mais a impossibilidade de se considerar que o BMG adotou "prática lesiva" que justifique a imposição da sanção indevidamente recomendada pelo Magistrado nesta esfera administrativa.**

77. Diante disto, forçoso concluir que a intenção do legislador ao instituir a sanção prevista no art. 52, I, "b", da IN 28/2008, não foi de que a instituição financeira deve necessariamente ser sancionada ante à existência de sentença judicial condenatória, sendo certo ainda que, o conceito de "prática lesiva", não se restringe à existência de sentença judicial condenatória, devendo tal conceito ser perquirido de maneira ampla e sistêmica, mediante verificação de cada caso especificamente, até mesmo para se averiguar a existência de dolo da instituição financeira, o que definitivamente não é o caso do BMG.

78. Outrossim, há que se reconhecer que, em momento algum da indevida recomendação do Magistrado, Dr. João Dias, ou até mesmo do acórdão que integrou o ofício enviado a esta Eg. Autarquia, houve a conceituação e delimitação precisa do que teria sido a eventual "prática lesiva" prevista no art. 52, I, "b", da IN 28/2008, e muito menos, em tempo algum, houve a individualização de qualquer conduta do BMG que pudesse configurar como "prática lesiva", até porque, a par de não ficar evidenciado qualquer conduta dolosa do BMG, constata-se de forma comprovada, que o consumidor Paulo Roberto de Moraes celebrou contrato de cartão de crédito consignado com o BMG, realizando operação formalizada de saque.

79. Ademais, também conforme demonstrou-se comprovadamente, não soa razoável e muito menos proporcional que, diante de um julgamento donde se extrai *error in iudicando*, venha o BMG, praticamente de forma automática, ser sancionado também na esfera administrativa, pelo simples fato de ter havido



uma indevida e ilegal recomendação do Magistrado Dr. João Luis Fischer Dias, a qual, além de atentar contra disposições constitucionais pétreas, não condiz com a verdadeira realidade dos fatos ocorrida e comprovada na presente defesa, pautando-se, simplesmente, num entendimento pessoal e isolado daquele Magistrado.

80. Aliás, em alguns dos próprios acórdãos que integram a indevida recomendação do Dr. João Luis Fischer Dias noticiada ao BMG por meio do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB desta Eg. Autarquia, em relação ao qual o ofício ora defendido deve ser reunido conforme demonstrado preliminarmente, percebe-se divergências entre os próprios julgadores, acerca do instituto da RMC – Reserva de Margem Consignável, o que reforça a impossibilidade de sancionamento administrativo em função de um equivocado entendimento isolado de um Magistrado, que sequer detinha competência legal para impor recomendação a esta Eg. Autarquia de aplicação de sanção administrativa ao BMG. Confira-se o trecho abaixo do julgamento do caso da consumidora IRENE FURTADO LUSTROSA (que também consta do caso do consumidor DIVANIR BARBOSA BRANDÃO), onde o Ilmo. Magistrado ALMIR ANDRADE DE FREITAS, respondendo a indagação do Magistrado Relator, Dr. João Luis Fischer Dias, evidencia a divergência entre os Julgadores da Turma Recursal, a saber:

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS – Presidente e Vogal**

Por que nossos julgados têm de ser por unanimidade? Entendo que não até mesmo porque há divergência da Turma em relação a alguns pontos desse tipo de contratação (Cartão de crédito com reserva de margem consignável - RMC). Por isso que quase sempre estamos debatendo RMC na sessão.

É importante mostrar que discutimos a matéria e temos divergência interna. O que ocorre muitas vezes é a tendência de acomodar e aceitar a opinião dos outros. Isso leva a entender que a decisão é unânime e, muitas vezes, há um acomodamento sem ser. Há um acomodamento das disposições majoritárias.

Isso tem relevância porque, quando se instaura o incidente de uniformização de jurisprudência, pega-se como referência o acórdão da 2.ª Turma Recursal, mas sem observar que há sempre uma luta, um debate interno a respeito daquela questão na Turma.

81. De fato, esta questão só vem a corroborar o que se alegou no tópico anterior da presente defesa, ou seja, o instituto do crédito consignado, especialmente no que tange ao cartão, vem sendo objeto de constantes aprimoramentos e evoluções por todas as partes envolvidas, sejam instituições financeiras e INSS, e até mesmo Judiciário, que não raras às vezes, teve dificuldades de entendimento e divergências quanto à



operacionalização e funcionamento desta linha de crédito, o que evidentemente, implica na ocorrência de julgamentos com *error in iudicando*.

82. E daí que se reafirma a impossibilidade de sancionamento do BMG nesta esfera administrativa, com base num isolado entendimento de um Magistrado, que inclusive ultrapassou os limites de sua competência ao recomendar a esta Eg. Autarquia a aplicação da sanção prevista no art. 52, I, "b", da IN 28/2008, sem que estejam presentes os requisitos legais e princípios que regem a administração pública para tal, eis que resta devidamente comprovado de forma exaustiva que o BMG não adotou qualquer "prática lesiva" em desfavor do consumidor Paulo Roberto de Moraes.

83. Nesta toada, a mera alegações do consumidor de que ele não reconhece a contratação, que está devidamente formalizada e documentada conforme provas anexadas à presente defesa, definitivamente não pode servir de sustentáculo para configurar "prática lesiva", e muito menos para ensejar a aplicação de sanção na esfera administrativa contra o BMG, sob pena de flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o que não se admite sob a ótica da administração pública, a teor do previsto no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999.

84. Fato é que, por uma análise sistêmica do caput do art. 52 da IN/PRES 28/2008 com a previsão da alínea "b" do seu inciso I, assim como do ordenamento jurídico pátrio com um todo, e mediante aplicação da hermenêutica jurídica, fica bem claro que não basta a existência de "sentença judicial condenatória transitadas em julgado" para ensejar a aplicação da sanção prevista no inciso I do citado dispositivo legal, e muito menos, o fato de existir "sentença judicial condenatória transitada em julgado", por si só, também não configura de forma automática, a "prática lesiva" prevista na alínea "b" do inciso I.

85. Certo é que, a "prática lesiva", se observados os parâmetros previsto no caput do 52 da IN/PRES 28/2008, advém de irregularidades oriunda na veiculação de propagandas, prestação de informações falsas ou incorretas, ou premeditada ausência de respostas a questionamentos, tudo para encobrir determinada conduta dolosa, donde as instituições financeiras buscassem, de forma arquitetada e intencional, obter vantagem ou proveito em detrimento de uma vasta gama de consumidores, o que definitivamente não é o caso em debate, onde se verifica que o consumidor efetivamente contratou o cartão de crédito consignado com o BMG, tendo dele utilizado para a obtenção de saque, sendo certo que sequer logrou êxito no deferimento do pleito de dano moral, conforme comprovado.



86. Daí que, num processo sancionatório desta jaez, deve se perquirir se de fato houve dolo da instituição financeira em adotar continuamente uma prática lesiva com base nos parâmetros supra perante vasta gama de consumidores, não sendo suficiente que a mera alegação de não reconhecimento do contrato celebrado por um único consumidor enseje a aplicação de sanção administrativa por esta Eg. Autarquia, mormente quando, repita-se, estar-se diante de um número ínfimo de caso (1) onde houve divergência por parte do consumidor, se comparado ao volume total de contratações averbadas por esta instituição financeira perante esta Eg. Autarquia.

87. Ora, não subsiste em nenhuma linha dos autos deste procedimento administrativo, comprovações que o BMG teria veiculado propaganda ou informação enganosa, falsa ou incorreta envolvendo o crédito consignado, não havendo também qualquer comprovação de que tenha o BMG agido dolosamente frente ao consumidor Paulo Roberto de Moraes.

88. Ao contrário, consta sim farta comprovação acerca da contratação por ele celebrada efetivamente, com autorização expressa de averbação em suas RMC, bem como fortes elementos probatórios de que, infelizmente, tal consumidor não se pautou na verdadeira realidade ocorrida em sua contratação quando da propositura de sua ação perante o Judiciário, o que reforça ainda mais a impossibilidade de sancionamento do BMG nesta esfera administrativa, sob pena de flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, até porque, já se comprovou que o Magistrado que recomendou o sancionamento do BMG nesta seara administrativa, extrapolou, e muito, os limites de sua competência, sendo certo também, que inclusive já houve a perda do objeto deste procedimento, face à edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que visa, justamente, sepultar por completo, a possibilidade do consumidor alegar, futuramente, não reconhecimento da contratação ou que não teria compreendido as informações relativas ao contrato que livremente celebrou.

89. Nesta ordem, em cumprimento aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade, assim como do ordenamento jurídico pátrio como um todo, outra conclusão não se alcança senão a de que o presente procedimento deve ser objeto de arquivamento, o que se requer desde já.



**VI - DA INCONTROVERSA NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

90. Conforme demonstrou-se ao longo desta defesa, o Banco BMG S/A não praticou qualquer conduta infracional que justifique a aplicação de qualquer sanção ao mesmo, especialmente a prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, na medida em que se demonstrou e comprovou a inexistência de qualquer prática lesiva de sua parte frente ao consumidor Paulo Roberto de Moraes, o qual, infelizmente, ao que tudo indica, não pautou sua narrativa judícia na verdade dos fatos realmente ocorridos.

91. Ademais, além de se ter demonstrado a flagrante incompetência do Magistrado Dr. João Luis Fischer Dias para recomendar a esta Eg. Autarquia a aplicação de sanção ao BMG, também ficou evidenciada a perda de objeto deste procedimento em função da edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que certamente colocará uma pá de cal na possibilidade do consumidor alegar desconhecimento da contratação do cartão de crédito consignado por ele celebrada perante qualquer instituição financeira que seja, ou a falta de compreensão das informações relativas ao contrato, ou seu objeto, ou seu modo de execução, o que certamente impedirá também, a alteração da verdade dos fatos em juízo, implicando na diminuição de julgamentos com *error in judicando*.

92. Assim, diante de todo este contexto, não se revela razoável e proporcional que o BMG venha a sofrer severa sanção administrativa, mormente quando se está diante de um único contrato questionado frente ao total de contratações averbadas por esta instituição financeira nesta Eg. Autarquia.

93. Sobre o mencionado Princípio da Razoabilidade, **CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO**, em sua obra "CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO" 15.<sup>a</sup> edição, Ed. Melhoramentos, 2003, página 99, ensina que:

*"4º) Princípio da razoabilidade*

*13. Enuncia-se como este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis -, as*

***condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.***

***Com efeito, o fato de a lei conferir ao administrador certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas.***

***Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo do seu libito, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos, e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de Direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicanda. Em outras palavras: ninguém poderia aceitar como critério exegético de uma lei que esta sufrague as providências insensatas que o administrador queira tomar; é dizer que, avalize previamente as condutas desarrazoadas, pois isto corresponderia a irrogar dislates à própria regra de Direito."***

94. Na esteira de tais ensinamentos Exmo. Julgador, é que se reitera o fato de que a melhor exegese da interpretação ao termo "*prática lesiva*" previsto no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, com a *devida venia*, não é o simples fato de ter sido proferida sentença judicial condenatória com trânsito em julgado em desfavor do BMG, na qual se demonstra haver *error in iudicando, data venia*, ante à alteração da verdade dos fatos pelo consumidor, sendo certo que em tal julgamento, ainda que equivocado em suas fundamentações, sequer foi deferido o pleito de danos morais ao consumidor, o que reforça ainda mais a impossibilidade se concluir que, *in casu*, houve "*prática lesiva*" por parte do BMG.

95. É certo que, se assim não fosse, e por consequência, uma instituição financeira, ao se deparar com uma sentença judicial condenatória transitada em julgado, já fique automaticamente sujeita à sanção prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008 sem se analisar com cautela e prudência os termos e correção da sentença judicial, bem como a real verdade dos fatos que ensejou a postulação judicial do consumidor, estar-se-á negando vigência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade que devem imperar nos atos da administração pública, razão pela qual reitera-se que não foi esta a intenção e finalidade do legislador administrativo ao prever a expressão "*prática lesiva*", que deve ser considerada restritamente aos casos em que a "*prática lesiva*" fique evidente, clara e incontroversa, mediante conduta dolosamente arquitetada por uma instituição financeira visando atentar contra os direitos de uma vasta gama de consumidores, visando à obtenção de vantagem direta para si, o que definitivamente não é o caso. Nesta última hipótese exemplificada, aí sim, estaria se atendendo aos anseios dos princípios da razoabilidade e

proporcionalidade, bem como a intenção do legislador administrativo ao prever a sanção do art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008.

96. A respeito do princípio da proporcionalidade, cumpre ainda invocar os valiosos ensinamentos do renomado doutrinador **HELY LOPES MEIRELLES**:

*"O que se requer é a legalidade da sanção e sua proporcionalidade à infração cometida ou ao dano que a atividade causa à **coletividade ou ao próprio Estado**. As sanções do poder de polícia são aplicáveis aos atos ou condutas individuais que, embora não constituam crime, sejam inconvenientes ou nocivos à **coletividade**, como previstos na norma legal" (in **Direito Administrativo Brasileiro**, 31ª ed., Malheiros: São Paulo, 2005, pp. 139/140).*

97. E *in casu*, a inconveniência e/ou nocividade, definitivamente, não está presente na conduta do BMG, nem mesmo frente ao consumidor Paulo Roberto de Moraes, até porque, há que se levar em consideração que tal consumidor não foi fiel à verdade dos fatos envolvendo sua contratação quando de sua postulação judicial, restando claro e evidente, portanto, que o BMG não pode sofrer sanção administrativa alguma, quiçá a prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, que se revela um tanto quanto desproporcional e desarrazoada aos fatos e fundamentos delimitados no presente procedimento.

## VII – CONCLUSÃO/PEDIDOS

98. Diante de todo o exposto, a par do requerimento de reunião deste procedimento com o procedimento decorrente do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, cujos fatos e fundamentos são idênticos ao do presente, e também envolvem a indevida e ilegal recomendação de aplicação de sanção ao BMG perante esta Eg. Autarquia pelo Magistrado Dr. João Luis Fischer Dias, que é absolutamente incompetente para tal, e assim acaba por macular o presente procedimento com uma nulidade absoluta logo em seu nascedouro; considerando ainda a perda de objeto do presente procedimento em face da edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, e principalmente, considerando que inexistiu qualquer prática lesiva do BMG que justifique a aplicação de qualquer sancionamento ao mesmo, notadamente ao previsto art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, confiando na aplicação dos princípios da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade - *adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito como definido pelo STJ* - no presente procedimento, requer o Banco BMG S/A o arquivamento do presente processo.



99. Protesta o BMG pela ampla produção de provas em direito admitidas, notadamente, a prova documental, pericial e oitiva de testemunhas.


Pede deferimento.

São Paulo, 01 de abril de 2019.



**Banco BMG S.A**  
**P.p. Rafael de Souza Oliveira Penido**  
**OAB/MG 99.080 – OAB/SP 368.445**



<b>TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO</b>			
Convênio		Nº ADE	
<b>I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)</b>			
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício: 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF) 10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio 14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a) 16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativa) 17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar) 18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros(especificar):			
<b>II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>			
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado) 2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional 4. Vencimento 5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) 6. Cadastro (Apenas novo cadastro) 7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular) 9. Forma de Pagamento: Mensal			
<b>III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR</b>			
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente			
<b>IV- SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)</b>			
Valor por cartão solicitado: O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.			
<b>V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)</b>			
1. Empresa / CNPJ / Cod Loja 2. Endereço/telefone 3. Nome/CPF do Agente de Venda			



Local e data:

*Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card*



Assinatura do TITULAR:

*[Handwritten signature]*



**DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR:** Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

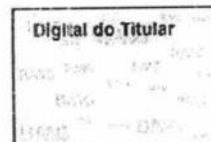
Nome:

CPF ou CI:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:



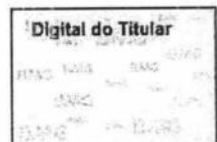
#### VI- CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.

**Autorização para desconto:** 6.1. O(A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A. para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se a um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O(A) TITULAR declara estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado e/ou minorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos e/ou diminuições em sua margem consignável. 6.3. Ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos ora convencionados, o(a) TITULAR autoriza o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. Neste ato, o(a) TITULAR autoriza, ainda, o BANCO BMG S.A. a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/01 que dispõe a não configuração de quebra

de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado. VII- **Declarações do(a) TITULAR e condições gerais da adesão:** 7.1. Conforme disposto no item 16 do presente documento, o(a) TITULAR declara, para os devidos fins, seu enquadramento como PEP "Pessoas Politicamente Exposta", assim considerados, nos termos Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009 do Banco Central, os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. 7.1.1. O(A) TITULAR declara que sua movimentação financeira está sempre atrelada ao propósito e à natureza da relação de negócios, conforme declarado no item 17 e 18 do Quadro I do presente termo, e que havendo qualquer mudança de propósito e natureza da relação de negócios, comunicará imediatamente e formalmente o Banco BMG. 7.2. O TITULAR declara em cumprimento ao disposto no art. 2º, III, da Circular nº 3.461/09, do Banco Central, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A. e as Instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a opor quanto ao referido procedimento. 7.3. O(A) TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras por ele(a) pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Banco Central, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo(a) mesmo(a) não provêm de atividade ilícita. 7.4 O(A) TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo BANCO BMG S.A. ao TITULAR ou adicional, se houver, nas hipóteses na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convenio firmado entre o BANCO BMG S.A. e o empregador/conveniado; (ii) SAQUES adicionais mediante o cartão poderão ser formalizados: (i) por meio da gravação telefônica, opção esta destinada apenas ao TITULAR e observando-se o disposto no convênio firmado entre o empregador/conveniado e o BANCO BMG S.A. e o disposto na legislação aplicável; (ii) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário- CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04, (iii) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira ou (iii) mediante outras formas disponibilizadas pelo BANCO BMG S.A. a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável. 7.5. O(A) TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão, acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto no regulamento de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirão no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao TITULAR e/ou adicional, se aplicável, de forma prévia, possibilitando que o(s) mesmo(s) tenha(m) pleno conhecimento acerca dos valores que lhe serão cobrados previamente à contratação de qualquer operação, contratação de qualquer serviço atrelado ao cartão e/ou realização de transação da qual decorra a cobrança de encargos. 7.6. O(A) TITULAR autoriza, de forma irrevogável e irretroatável o BANCO BMG S.A. a: (i) Manter em cadastro ou banco de dados o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a manter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Obter, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., ficando todos autorizados a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Créditos (SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das obrigações assumidas e das garantias prestadas, bem como a consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou assemelhadas, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 7.7. O(A) TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as Instituições financeiras pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento, renegociações, saque em dinheiro, tudo dentro dos limites de margem consignável, mediante a utilização do cartão, seja pelos terminais de auto atendimento (ATM/POS), pelo "Internet Banking", pela Central telefônica e quaisquer outros meios eletrônicos disponibilizados pelas Instituições financeiras integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. 7.8. Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação da autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de Adesão. Nessa hipótese, a assinatura do presente Termo ocorrerá por meio eletrônico, dentre os quais a assinatura capturada em tela sensível ao toque (touch screen), que será submetida à verificação de compatibilidade com os perfis biométricos do(a) TITULAR previamente capturados e armazenados; a contratação via aposição de senha ou qualquer outro meio válido de assinatura eletrônica, admitindo-se, inclusive, a utilização de SMS, e-mail e outros meios remotos de contato e interação entre as Partes para tal fim, que reproduzirão a livre e espontânea vontade e manifestação do(a) TITULAR. Este em caso de contratação eletrônica) e quaisquer outros documentos celebrados eletronicamente a partir desta data entre o(a) TITULAR e o Banco poderão se utilizar do mesmo meio eletrônico de assinatura, sendo considerados, para todos os efeitos, válidos e executáveis. O(A) TITULAR autoriza o compartilhamento dos dados relativos ao perfil biométrico de sua assinatura eletrônica entre instituições que mantenham relações comerciais com o Banco ou que pertençam ao conglomerado do qual o Banco faz parte. 7.9. O(A) TITULAR autoriza as empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência para enviar comunicações a respeito do cartão e informações relativas aos produtos, serviços, promoções e novidades relacionadas às empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. ou do estabelecimento cuja marca encontrar-se indicada no cartão, podendo o titular cancelar a presente autorização a qualquer momento mediante contato junto à central de relacionamento. 7.10. O(A) TITULAR dispensa expressamente o BANCO BMG S.A. de enviar mensalmente a via física do demonstrativo mensal (fatura) com a descrição das despesas relacionadas à utilização do Cartão de Crédito Consignado ora contratado, estando ciente de que tal documento lhe será disponibilizado via Internet banking e que em caso de dúvidas, poderá contatar o BANCO BMG S.A. através dos canais de atendimento disponibilizados. 7.11. Comunicação: O(A) TITULAR autoriza que o Banco BMG lhe envie mensagem eletrônica(e-mail) e mensagem SMS, por telefone, com informações sobre produtos e serviços oferecidos pelo Banco BMG ☐ não concordo com o envio das mensagens. 7.12. Ao assinar o presente documento o(a) TITULAR declara-se vinculado, em caráter irrevogável, irretroatável e de forma incondicional, ao disposto no Regulamento de Utilização do cartão de crédito consignado emitido pelo BANCO BMG registrado perante o 3º oficial de registro de títulos e documentos e registro civil da pessoa jurídica da capital de São Paulo sob o nº 8405949 em 17.04.2015. CANAIS DE ATENDIMENTO BANCO BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) / SAC 0800 9799 099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333 / OUVIDORIA 0800 723 2044.

 Assinatura do TITULAR (ou rogado, se aplicável):









## TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO



Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

**I - TITULAR:** 1. Nome Completo do TITULAR / 2. CPF / 3. Nº do Benefício:

**II - PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR:** Desde que cumpridas as condições descritas no item VI, abaixo, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até:

Eu, acima qualificado como titular do cartão de crédito consignado contratado com o Banco BMG S/A, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco BMG S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
- (v) estou ciente de que a taxa de juros do Cartão de Crédito Consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito convencional;
- (vi) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu Cartão de Crédito Consignado, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado até o termo final do prazo citado na campo II do Quadro Preambular, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, **DESDE QUE:** (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção, até o total da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios.

Para tirar dúvidas acerca do Contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o TITULAR poderá entrar em contato, gratuitamente, com o Banco BMG S.A através dos seguintes Canais de atendimento: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) /Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 979 9099 /Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / DUVIDORIA 0800 723 2044

Local e data:



Assinatura do TITULAR: \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR:** Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença de testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) **TITULAR**, assina o rogado: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF ou CI: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Nome/CPF: \_\_\_\_\_

Nome/CPF: \_\_\_\_\_

Digital do Titular



Assinatura eletrônica:

<b>TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A. E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO</b>	
Convênio INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL-	Nº ADE 51589644
<b>I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)</b>	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício: 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF) 10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio 14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheira(a) 16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativa) 17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar) 18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros(especificar):	1. PAULO ROBERTO DE MORAIS 2. MASCULINO 3. 211.736.996-00 4. 2928682 Carteira de Motorista DETRAN / DF 13/08/2014 5. --- 6. 1646879748 7. Solteiro 8. 18/08/1957 9. BRASILEIRA 9.1 BRASILIA / DF 10. (61)99271-3700 / --- 11. --- 12. Q 84 Conjunto A ---, CASA L, PARQUE DA BARRAGEM SETOR 12, AGUAS LINDAS DE GOIAS, GO, 72.910-379 12.1 --- 13. R\$ 2.571,00 13.1 Patrimônio 14. JACY DE SOUZA LIMA MORAIS / OLAVO PIRES DE MORAIS 15. --- 16. Não 17. Financeira 18. Cartão
<b>II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>	
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao convênio) 2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional 4. Vencimento 5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) 6. Cadastro (Apenas novo cadastro) 7. Nome completo do adicional / 8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular) 9. Forma de Pagamento: Mensal	1. R\$ 128,45 2. Internacional 3. --- 4. 10 5. R\$ 15,00 6. --- 7. --- 8. ---
<b>III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR</b>	
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente	BANCO ITAU UNIBANCO S/A 341 / 7957 - / 20701 - 7
<b>IV- SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)</b>	
Valor por cartão solicitado, O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.	R\$3,90
<b>V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)</b>	
1. Empresa / CNPJ / Cod Loja 2. Endereço/telefone 3. Nome/CPF do Agente de Venda	1. JOAQUIM FERNANDO DE SOUZA PINTO 20.692.200/0001-03 49334 2. R 7 SETEMBRO 304, CENTRO, NOVA CASTILHO, SP, 15.313-000 (06)7405-7403 3. ---

Local e data 28/03/2018

Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card



Assinatura do TITULAR:

**DECLARAÇÃO SE ANalfabeto ou IMPEDIDO DE ASSINAR:** Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

Nome:

CPF ou CI:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

Digital do Titular

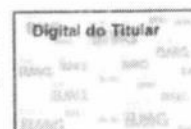
**VI- CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.**

**Autorização para desconto:** 6.1. O(A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretirável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A. para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O(A) TITULAR declara estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado e/ou minorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos e/ou diminuições em sua margem consignável. 6.3. Ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos ora convencionados, o(a) TITULAR autoriza, desde já o BANCO BMG S.A., diretamente ou através de empresas terceirizadas, a debitar em qualquer conta corrente de sua titularidade, mantida junto ao BANCO BMG S.A. ou em outra Instituição Financeira, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. Neste ato, o(a) TITULAR autoriza, ainda, o BANCO BMG S.A. a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/01 que dispõe a não configuração de quebra



de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado. **VI- Declarações do(a) TITULAR e condições gerais da adesão:** 7.1. Conforme disposto no item 16 do presente documento, o(a) TITULAR declara, para os devidos fins, seu enquadramento como PEP "Pessoas Politicamente Exposta", assim considerados, nos termos Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009 do Banco Central, os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. 7.1.1. O(A) TITULAR declara que sua movimentação financeira está sempre atrelada ao propósito e à natureza da relação de negócios, conforme declarado no item 17 e 18 do Quadro I do presente termo, e que havendo qualquer mudança de propósito e natureza da relação de negócios, comunicará imediatamente e formalmente o Banco BMG. 7.2. O TITULAR declara em cumprimento ao disposto no art. 2º, III, da Circular nº 3.461/09, do Banco Central, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A. e as Instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a opor quanto ao referido procedimento. 7.3. O(A) TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras por ele(a) pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Banco Central, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo(a) mesmo(a) não provêm de atividade ilícita. 7.4. O(A) TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo BANCO BMG S.A. ao TITULAR ou adicional, se houver, nas hipóteses na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convenio firmado entre o BANCO BMG S.A. e o empregador/conveniado; (ii) SAQUES adicionais mediante o cartão poderão ser formalizados: (i) por meio de gravação telefônica, opção esta destinada apenas ao TITULAR e observando-se o disposto no convenio firmado entre o empregador/conveniado e o BANCO BMG S.A., e o disposto na legislação aplicável; (ii) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário- CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04, (iii) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira ou (iii) mediante outras formas disponibilizadas pelo BANCO BMG S.A., a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável. 7.5. O(A) TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão, acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto no regulamento de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirão no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao TITULAR e/ou adicional, se aplicável, de forma prévia, possibilitando que o(s) mesmo(s) tenha(m) pleno conhecimento acerca dos valores que lhe serão cobrados previamente à contratação de qualquer operação, solicitação de qualquer serviço atrelado ao cartão e/ou realização de transação de qual decorra a cobrança de encargos. 7.6. O(A) TITULAR autoriza, de forma irrevogável e irretroatável o BANCO BMG S.A. a: (i) Manter em cadastro ou banco de dados o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a manter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Obter, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., ficando todos autorizados a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Créditos (SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das obrigações assumidas e das garantias prestadas, bem como a consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou semelhantes, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 7.7. O(A) TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as Instituições financeiras pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento, renegociações, saque em dinheiro, tudo dentro dos limites de margem consignável, mediante a utilização do cartão, seja pelos terminais de auto atendimento (ATM/PDS), pelo "Internet Banking", pela Central telefônica e quaisquer outros meios eletrônicos disponibilizados pelas Instituições financeiras integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. 7.8. Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação da autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de Adesão. Nessa hipótese, a assinatura do presente Termo ocorrerá por meio eletrônico, dentre os quais a assinatura capturada em tela sensível ao toque (touch screen), que será submetida à verificação de compatibilidade com os perfis biométricos do(a) TITULAR previamente capturados e armazenados; a contratação via aposição de senha ou qualquer outro meio válido de assinatura ou aceite eletrônico, admitindo-se, inclusive, a utilização de SMS, e-mail e outros meios remotos de contato e interação entre as Partes para tal fim, que reproduzirão a livre e espontânea vontade e manifestação do(a) TITULAR. Este (em caso de contratação eletrônica) e quaisquer outros documentos celebrados eletronicamente a partir desta data entre o(a) TITULAR e o Banco poderão se utilizar do mesmo meio eletrônico de assinatura, sendo considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis. O(A) TITULAR autoriza o compartilhamento dos dados relativos ao perfil biométrico de sua assinatura eletrônica entre instituições que mantenham relações comerciais com o Banco ou que pertençam ao conglomerado do qual o Banco faz parte. 7.9. O(A) TITULAR autoriza as empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência para enviar comunicações a respeito do cartão e informações relativas aos produtos, serviços, promoções e novidades relacionadas às empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. ou do estabelecimento cuja marca encontrar-se indicada no cartão, podendo o titular cancelar a presente autorização a qualquer momento mediante contato junto à central de relacionamento. 7.10. O(A) TITULAR dispensa expressamente o BANCO BMG S.A. de enviar mensalmente a via física do demonstrativo mensal (fatura) com a descrição das despesas relacionadas à utilização do Cartão de Crédito Consignado ora contratado, estando ciente de que tal documento lhe será disponibilizado via Internet banking e que em caso de dúvidas, poderá contatar o BANCO BMG S.A. através dos canais de atendimento disponibilizados. 7.11. Comunicação: O(A) TITULAR autoriza que o Banco BMG lhe envie mensagem eletrônica(e-mail) e mensagem SMS, por telefone, com informações sobre produtos e serviços oferecidos pelo Banco BMG. Não concordo com o envio das mensagens. 7.12. Ao assinar o presente documento o(a) TITULAR declara-se vinculado, em caráter irrevogável, irretroatável e de forma incondicional, ao disposto no Regulamento de Utilização do cartão de crédito consignado emitido pelo BANCO BMG registrado perante o 3º oficial de registro de títulos e documentos e registro civil de pessoa jurídica da capital de São Paulo sob o nº 8905349 em 17.04.2015. CANAIS DE ATENDIMENTO BANCO BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 778 1750 (ligações de tel. fixo) / SAC 0800 9799 099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333 / DUVIÓRIA 0800 723 2044

 Assinatura do TITULAR (ou rogado, se aplicável):







PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG Nº 51589844

**Credor:** BANCO BMG S.A. inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 9º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo (SP), neste ato representado nos termos de seu estatuto social, doravante denominado BANCO/BMG.

**Resumo da proposta:** Nome do Cliente: PAULO ROBERTO DE MORAIS

CPF: 211.736.996-00

Telefone celular: -----

E-mail: -----

Finalidade da operação: Financeira

Quantidade de parcelas: Uma parcela

Valor Total solicitado: R\$ 3.294,60

Taxa de Juros máxima (Tl <sub>máx</sub> ) / Custo efetivo Total Máximo (CET <sub>máx</sub> )	<input checked="" type="checkbox"/> Convênio INSS	<input type="checkbox"/> Convênio SIAPE	<input type="checkbox"/> OUTROS Convênios
Tl <sub>máx</sub> (% ao mês / % ao ano)	3,00% / 43,28%	3,65% / 54,68%	de 3,00% a 7,99% / de 43,28% a 154,78%
CET <sub>máx</sub> (% ao mês / % ao ano)	3,63% / 54,24%	4,27% / 66,43%	de 3,63% a 8,62% / de 54,24% a 173,34%

\* Custo Efetivo Total (CET): O CET, expressa na forma de taxa percentual anual, corresponde à taxa de juros, tributos, tarifas, seguros, bem como outras despesas por ele autorizadas, e que a respectiva taxa percentual anual representa as condições vigentes na data da sua cobrança.

Aprovação da proposta sujeita à análise cadastral, de crédito e existência de limite de crédito disponível para utilização no cartão de crédito consignado BMG Card de titularidade do Cliente. O valor solicitado poderá ser alterado em razão da margem consignável e/ou limite de crédito efetivamente disponível, bem como em caso de portabilidade, conforme previsto nas Condições Gerais da Cédula de Crédito Bancário referente à contratação de operação de crédito pessoal oriundo de saque realizado por meio de cartão de crédito consignado emitido pelo BMG, registradas em 10 de fevereiro de 2017 perante o 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 1.548.948, as quais lhe foram disponibilizadas previamente à assinatura da presente proposta e encontram-se disponíveis nos canais de atendimento do BMG destacados no final do presente documento e no site [www.bancobmg.com.br](http://www.bancobmg.com.br). Caso a presente proposta seja aprovada, o BMG lhe comunicará e encaminhará as demais condições financeiras da operação aprovada, podendo tal comunicação ser feita, inclusive, via SMS ou e-mail, considerando os dados informados no presente documento. Caso você não esteja de acordo com os valores da operação contratada você poderá, no prazo de 07(sete) dias contados do recebimento da confirmação de contratação, entrar em contato com o BMG, por meio dos canais de atendimento abaixo informados, e solicitar o cancelamento da operação. Declaro, para os devidos fins, que recebi uma via da presente proposta, integralmente preenchida.

Local/data: 28/03/2018



Assinatura do cliente:

*Paulo Roberto de Moraes*

**Declaração se analfabeto ou impedido de assinar:** Declaro que ouvi atentamente a leitura das informações constantes nesta proposta, com as quais estou de pleno acordo. A rogo do(a) cliente, assina o rogado:

Nome:

CPF:

Testemunhas: 1.

Nome/CPF:

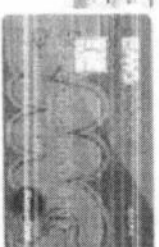
2.

Nome/CPF:

**Canais de atendimento Banco BMG:** Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800

770 1790 (ligações de tel. fixo) /

SAC 0800 979 9089 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / OUVIDORIA 0800 723 2044.



<b>BMG</b>	<b>CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ("CCB")</b>	Número da CCB 8291318
<b>CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG</b>		

Local e Data de emissão: 28/03/2018 ☒ Via Negociável ☐ Via Não Negociável

**QUADRO I - Credor:**  
BANCO BMG S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 9º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo (SP), neste ato representado nos termos de seu estatuto social, doravante denominado BANCO/CREDDOR.

**QUADRO II - Qualificação do Cliente Emitente**

1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF	1 PAULO ROBERTO DE MORAIS 2. MASCULINO 3. 211.736.996-00
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão /matrícula	4 2928682 Carteira de Motorista DETRAN / DF 13/08/2014 1646879748
5. Estado Civil 6. Data Nascimento	5 Solteiro 6. 18/08/1957 7. (61)99271-3700 / --- 8. ---
7. Telefone 8. E-mail 9. Naturalidade (Cidade/UF)	9 BRASILIA / DF 10. Q 84 Conjunto A ---, CASA L, PARQUE DA BARRAGEM
10. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	SETOR 12, AGUAS LINDAS DE GOIAS, GO, 72.910-379

**QUADRO III - Características da Operação de Crédito**

1. Finalidade da Operação	1. Financeira	<b>Portabilidade de dívida</b> 1. Instituição Credora Original: 2. Número do Contrato Portado: 3. Saldo devedor portado: 4. Prazo da operação portada: 5. Quantidade de parcelas em aberto (vencidas e não pagas e/ou vincendas) <b>Pagamento de outras dívidas (exceto portabilidade)</b> Natureza da dívida: Valor da dívida:
2. Operações refinanciadas	2. ---	
3. Valor Total da operação	3. R\$ 3.319,28	
4. Valor liberado ao EMITENTE	4. R\$ 3.294,60	
5. Quantidade e Valor de cada parcela	5. Uma Parcela	
6. Data de vencimento (primeira e última parcela)	6. ---	
7. Taxa de Juros Remuneratórios (% a.m. / % a.a.)	7. 3% / 43,28%	
8. IOF	8. R\$ 24,68	
9. Informações sobre o Seguro	9. ---	

**QUADRO III.1 - Demonstrativo do Custo Efetivo Total**

1. Valor Total da Operação 2. Valor liberado <sup>2</sup>	1 R\$ 3.319,28 2 R\$ 3.294,60
3. Valor Refinanciado <sup>2</sup> 4. Valor Portado <sup>2</sup>	3 --- 4 ---
5. Valor para pagamento de outras dívidas <sup>2</sup>	5 ---
6. IOF (se financiado) 7. Tarifa de Cadastro <sup>2</sup>	6 --- 7 ---
8. Tarifa de Saque 9. Seguro (se financiado) <sup>2</sup>	8 R\$ 0,00 9. ---
10. Custo Efetivo Total (CET) (% a.m. / % a.a.)	10. 3,63% / 54,24%

<sup>2</sup>Valor em R\$ / % sobre o Valor total da Operação

**Tipo de operação de crédito:** Crédito Pessoal oriundo de saque realizado por meio do cartão de crédito consignado emitido pelo Banco BMG, de titularidade do EMITENTE, conforme informações abaixo:

1. Data de adesão ao cartão/Número da ADE (Adesão): 28/03/2018 / 51589644

**Forme de pagamento:** As parcelas serão lançadas na fatura do cartão de crédito consignado emitido pelo BMG de titularidade do Emitente ("Cartão"). As tarifas, despesas e demais custos relacionados à operação de crédito contratada, conforme disposto no presente Quadro serão lançadas na fatura do Cartão.

**QUADRO IV - Informações para Liberação do Crédito**

1. Forma de liberação:	1. TED Conta Crédito
2. Dados para crédito (Banco / Agência / Conta)	2. BANCO ITAU UNIBANCO S/A 341 / 7957 - / 20701 - 7

**QUADRO V - Dados do Correspondente no País/Substabelecido (preenchimento exclusivo do Banco):**

1. Empresa / CNPJ / telefone	1. JOAQUIM FERNANDO DE SOUZA PINTO / 20.892.200/0001-03 / (09)7405-7903
2. Endereço	2. R 7 SETEMBRO 304, CENTRO, NOVA CASTILHO, SP, 15.313-000
3. Nome/CPF do Agente de Venda	3. ---

**Promessa de pagamento:** O EMITENTE promete pagar por esta cédula ao CREDDOR, na praça da sua sede ou à sua ordem, em moeda corrente nacional, a quantia certa, líquida e exigível informada no quadro III, constante no preâmbulo deste instrumento, mediante a forma por ele indicada no mesmo quadro, ou por outro meio acordado entre as partes, conforme apuração do saldo devedor, discriminado em planilha de cálculo, nos termos da legislação aplicável à espécie, bem como as condições previstas no presente título. O EMITENTE declara estar ciente de que o valor das parcelas será lançado na fatura do cartão de crédito consignado de sua titularidade, conforme disposto no Quadro III constante no preâmbulo da Cédula de Crédito Bancário emitida, observada a data de vencimento do referido cartão, e que o valor da operação comprometerá o limite de crédito disponibilizado pelo BMG (emissor do cartão) para utilização do cartão. O(A) EMITENTE declara estar de acordo com as disposições contidas nas condições gerais da Cédula de Crédito Bancário, registradas 10 de fevereiro de 2017 perante o 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 1.948.948, as quais foram disponibilizadas ao(a) EMITENTE previamente à emissão do presente título e encontram-se disponíveis nos canais de atendimento do BMG e no site [www.bancobmg.com.br](http://www.bancobmg.com.br). A PRESENTE Cédula de Crédito Bancário é emitida em quantidade de vias idênticas às partes que nela se aparecem, sendo somente a via do CREDDOR "negociável".

Assinatura do EMITENTE: Nome: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

**Declaração de analfabeto ou impedido de assinar:** Declaro que ouvi atentamente a leitura desta Cédula, na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo e estando ciente das condições e obrigações que assumi na presente operação.

A rogo do(a) EMITENTE, assina o rogado: \_\_\_\_\_

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_ Nome/CPF: \_\_\_\_\_

Canais de atendimento Banco BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) / SAC 0800 979 9099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / OUVIDORIA 0800 723 2044.

4/4



*Declaração de Residência*

GRUPO  
FINANCEIRO  
**BMG**



Local/Data: Águas Lindas de Goiás. 27 de MARÇO de 2018.

Eu, **PAULO ROBERTO DE MORAIS**, de nacionalidade: **BRASILEIRO**, estado civil: **SOLTEIRO**, profissão: **APOSENTADO**, natural de **BRASÍLIA/DF**, nascido aos: **18/08/1957**, filho de **OLAVO PIRES DE MORAIS** e **JACY DE SOUSA LIMA MORAIS**, portador do RG nº. **2928682**, expedido em: **13/08/2014**, pelo órgão expedidor: **SSP/MG**, CPF nº **211.736.996-00**, DECLARO conforme artigo 1º. da Lei 7115/83 que resido no seguinte endereço:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça): **QUADRA 84 CONJUNTO A**, Número: **S/N**, Complemento: **CASA L**, LOTE **1B** Bairro: **PARQUE DA BARRAGEM SETOR 12**, Cidade/Estado: **ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/SP**, CEP: **72910-379**.

Solicito, ainda, que toda e qualquer correspondência seja encaminhada para o endereço acima informado.

DECLARO, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e especialmente criminais<sup>1</sup> a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Por ser verdadeira a declaração prestada, firmo-me.

<sup>1</sup> Falsidade ideológica - Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

BANCO BMG S/A

TED "E" RECIBO DO REMETENTE

Nº289111333

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 341	AGÊNCIA 7957	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 20701-7
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO PAULO ROBERTO DE MORAIS			
CNPJ/CPF 61.186.680/0047-57				CNPJ/CPF 211.736.996-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE AUTORIZADO			
				VALOR *****3.294,60			
VALOR POR EXTENSO TRES MIL DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS*****							
*****							

Nro Controle SPB: 201804057337835

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DE COMPENSAÇÃO

Nº289111333

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 341	AGÊNCIA 7957	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 20701-7
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO PAULO ROBERTO DE MORAIS			
CNPJ/CPF 61.186.680/0047-57				CNPJ/CPF 211.736.996-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE AUTORIZADO			
				VALOR *****3.294,60			
VALOR POR EXTENSO TRES MIL DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS*****							
*****							

Nro Controle SPB: 201804057337835

3187.1007.9289-6 1113.3301.0000-9 0504.2018.0000-1 0000.0032.9460-0

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DO CAIXA

Nº289111333

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 341	AGÊNCIA 7957	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 20701-7
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO PAULO ROBERTO DE MORAIS			
CNPJ/CPF 61.186.680/0047-57				CNPJ/CPF 211.736.996-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE AUTORIZADO			
				VALOR *****3.294,60			
VALOR POR EXTENSO TRES MIL DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS*****							
*****							

Nro Controle SPB: 201804057337835





## SEUS DADOS

PAULO ROBERTO DE MORAIS

Cartão N°

5259.0988.7318.5947

## SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO

10/05/2018

Fls.

53

Página 1/1

## LIMITES

De Crédito

3.471,00

De Saque

3.298,00

## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	PAULO R MORAIS	5259.0988.7318.5947	
06/04/2018	IOF Adicional Saque		12,52
06/04/2018	Saque Autorizado		3.294,60
23/04/2018	Tarifa Emissao Cartao (Parcelas)		5,00
24/04/2018	DEBITO DE IOF DIARIO		9,19
24/04/2018	Juros de Saque		112,02

## RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	0,00
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	0,00
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	0,00
(+) Encargos Contratuais	R\$	133,73
(+) Taxas / Anuidades	R\$	5,00
(+/-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	3.294,60
(+) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	3.433,33

"É vedada, nos termos da Circular n. 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

## TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
0,00	0,00	3.433,33	

Total Nacional R\$

TOTAL 1 3.433,33

## TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	24/04/2018
0,00	X	3,6200

Total Internacional R\$

TOTAL 2 0,00

TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO
3.433,33	127,19

## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,00 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,00 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

PAULO ROBERTO DE MORAIS

Q 84 CONJUNTO A, 0

PARQUE DA BARRA

72910-379

AGUAS LINDAS DE GOIA

S/N, CASA


GO



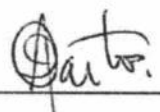
#### SUBSTABELECIMENTO

**GABRIELA ROGGIERO**, brasileira, casada, advogada, inscrito no CPF/MF sob o nº. 353.177.308-99, e na OAB/SP sob o nº. 299.390, **ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 273.769 e no CPF/MF sob nº 300.552.088-94, substabelecem, com reservas de iguais, os poderes que lhe foram outorgados por **BANCO BMG S/A**, instituição financeira de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 61.186.680/0001-74, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – Torre 01 Andares 5º, 10º, 13º e 14º, cep 04543-900, Vila Nova Conceição, na pessoa dos advogados, **RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA PENIDO** (OAB/MG 99.080 - OAB/SP 368.445 - CPF 013.716.076-30); **CARLOS ADOLFO JUNQUEIRA DE CASTRO** (OAB/MG 57.893 - OAB/SP 368.434 - CPF 718.577.376-87); **ALEXANDRE JUNQUEIRA DE CASTRO** (OAB/MG 63.375 - OAB/SP 367.892 - CPF 835.584.206-59); **ANA CRISTINA GOULART DE MENDONÇA SANTOS** (OAB/MG 39.475 - OAB/SP 367.893 - CPF 555.976.456-68); **JUSCELINO TEIXEIRA BARBOSA FILHO** (OAB/MG 57.225 - OAB/SP 368.441 - CPF 621.628.106-20); **TRISTÃO TAVARES SANTOS** (OAB/MG 79.713 - OAB/SP 367.908 - CPF 002.881.096-19); **LETÍCIA MADUREIRA HORTA CANABRAVA** (OAB/MG 86.472 - OAB/SP 367.902 - CPF 040.391.166-40); **IVAN ALMEIDA CARVALHO** (OAB/MG 104.088 - CPF 062.681.906-70); **VINÍCIUS TEIXEIRA PINHEIRO** (OAB/MG 108.162 - CPF 044.878.416-58); **ANDRÉ BOTELHO DE ABREU SAMPAIO** (OAB/SP 260.195 - CPF 304.569.008-45) e **PAMELA CRISTINA ROSA GOMES** (OAB/SP 306.328 - CPF 332.665.398-00), todos integrantes de **BARBOSA, CASTRO & MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/MG sob o nº 380 e no CNPJ sob o nº 01.313.883/0001-52, com endereço na Rua Sergipe, n.º 1293, Funcionários, em Belo Horizonte/MG e na Avenida Paulista nº326, conj. 28-29, Bela Vista, em São Paulo/SP, aos quais confere poderes para sua representação no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como perante quaisquer autarquias e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, podendo requerer e assinar o que necessário for, usar todos os poderes permitidos em Direito, compreendidos na cláusula ad judicium et extra e substabelecer, com o fim específico de defender os interesses do outorgante em resposta ao ofício nº 109, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, CGGPB/DONB, bem como requerer e assinar o que necessário for, praticando todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste.

São Paulo, 02 de abril de 2019.

  
GABRIELA ROGGIERO

OAB/SP n. 299.390

  
ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JUNIOR

OAB/SP n. 273.769





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

30/04/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 412.854/18-1, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.058; e (V) BCV – BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A., com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 101, Parte, Bloco 01, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz - CEP: 04543-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 50.585.090/0001-06, com seu estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2015, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 506.588/15-4, a qual está arquivada nestas notas na pasta 327, sob nº 31.081, e a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2018, onde consta a alteração de endereço da sede, registrada na JUCESP, sob nº 572.889/18-5, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.059, representado nos termos do artigo 12 e seu parágrafo único do seu estatuto social, por seus Diretores sem Designação Específica: Marco Antonio Antunes; e Eduardo Mazon, acima qualificados; eleitos nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 408.292/18-0, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.060. Os presentes ora identificados neste ato por mim escrevente, através dos documentos supramencionados e apresentados no original, do que dou fé. Pelos outorgantes, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus procuradores: 1) LUCIANA BUCHMANN FREIRE, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343 e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04; 2) RICARDO ANDREASSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 195.865 e no CPF/MF sob nº 280.046.328-74; 3) EVELYN DE SOUZA LIMA, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 226.823 e no CPF/MF sob nº 276.340.778-10; 4) ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 273.769 e no CPF/MF sob nº 300.552.088-94; 5) GABRIELA ROGGIERO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 299.390 e no CPF/MF sob nº 353.177.308-99; 6) EDUARDO FIORUCCI VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 293.725 e no CPF/MF sob nº 340.942.078-99; 7) ROGÉRIO MARGONARI DE SOUZA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MG sob nº 72.773 e no CPF/MF sob nº 941.125.766-68; 8) MARCOS IGNACIO GOUVEA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 199.216 e no CPF/MF sob nº 089.157.328-39; 9) HAIME FARIAS HEREDIA, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 337.270 e no CPF/MF sob nº 362.335.458-97; e 10) MARINA CORRÊA DRUMOND, brasileira, solteira, maior, portadora da cédula de identidade RG MG 7.612.511-SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob nº 054.749.516-12; todos com endereço eletrônico: contencioso.bmg@bancobmg.com.br; ricardo.andreassa@bancobmg.com.br; luciana.freire@bancobmg.com.br; evelyn.lima@bancobmg.com.br; aos quais conferem poderes especiais, independentemente da ordem de nomeação, promover e praticar os seguintes atos: 1) perante o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra" para propor ação, reclamação ou outra medida judicial ou extrajudicial competente em que os OUTORGANTES figurem como autores, reclamantes ou requerentes da demanda e também para defendê-los na condição de réu, reclamado ou requerido em demandas administrativas ou judiciais, realizando todos os atos posteriores necessários para o prosseguimento do feito, até sua extinção, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartições públicas e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquias ou entidade paraestatal e em todos os respectivos departamentos e secretarias, inclusive mas não se limitando a Receita Federal do Brasil e Prefeituras, com poderes especiais para transigir, acordar, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação e firmar compromissos; 2) receber citações, intimações, notificações ou requerimentos judiciais e/ou extrajudiciais emitidos pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, BM&F Bovespa, Receita Federal do Brasil, dentre outros documentos emitidos por autarquias ou associações de Classes, Órgãos Públicos ou privados; emitir notificações Judiciais ou Extrajudiciais de vencimento antecipado de dívida contratual, bem como para constituição em mora de devedores ou, ainda, para quaisquer outras finalidades e efeito legais; 3) promover a cobrança, amigável ou judicial, de todo e qualquer crédito do outorgante, assinar e emitir notificações e contra-notificações Judiciais ou Extrajudiciais, além de respostas de ofícios judiciais e expedientes oficiais; 4) representar os outorgantes perante Delegacias de Polícia, Inspetorias, Procuradoria da Fazenda Nacional, Delegacias Regionais do Trabalho, Secretarias e Delegacias da Receita Federal, Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Caixa Econômica Federal – CEF-FGTS, Banco Central do Brasil, CADIN, Prefeituras e demais repartições Municipais, Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania – PROCON, SIAFÍSICO, SICAF, Juntas Comerciais, acompanhando quaisquer processos ou negociações, interpondo recursos, assinando formulário e requerimentos

15º  
08 JAN. 2019  
TABELÃO DE NOTAS  
AUTENTICADO  
cópia registrada  
original apresentada, em 11/01/2019  
S. Paulo.

Valer  
Cópia registrada  
do Brasil  
111257  
AUTENTICADO  
P. TERRA-B.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CARTÓRIO DO VIGÉSIMO SÉTIMO  
TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP

Bel. Valquíria Helena Ferreira  
TABELIA DESIGNADA



respondendo Ofícios, concordando, impugnando, requerendo, arquivando e alegando tudo quanto for a bem de interesses e direitos dos Outorgantes; 5) apresentar títulos para protesto em cartório, emitir e assinar cartas de anuências, para os respectivos cancelamentos; emitir e assinar cartas de preposição, nomear prepostos em audiência; receber valores e bens, levantar depósitos, levantar depósitos extrajudiciais do artigo 890, parágrafo 2º do CPC, efetuar a recusa de depósitos extrajudiciais do artigo 890, parágrafo 1º do CPC; 6) comparecer e votar nas assembleias de recuperação judicial em que os outorgantes forem credores, nos termos do parágrafo 4º do artigo 37 da Lei 11.101/2005; 7) os procuradores 1, 2 e 6 poderão, em conjunto de dois, assinar contratos/propostas de prestação de serviços advocatícios; 8) os poderes da presente procuração, com exceção dos poderes do item 7 acima, poderão ser substabelecidos, sempre com reserva, às pessoas legalmente habilitadas, mediante assinatura conjunta de dois dos entre os seis primeiros outorgados. Praticar enfim todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato. Este mandato tem validade para o ingresso dos outorgados em todos os processos/procedimentos já iniciados ou que venham a iniciar-se até o dia 31 de dezembro de 2019, permanecendo plenamente válido até o final dos referidos processos/procedimentos, mesmo na hipótese de que seus trâmites se prolonguem além do dia 31 de dezembro de 2019. Observe-se que todas as operações bancárias, comerciais e todos os atos de direito praticados pelos ora outorgados, com base neste instrumento, deverão reverter-se em proveito e no cumprimento dos interesses de cada outorgante, devendo sempre ser respeitado os limites dos poderes e dos valores expressamente constantes dos termos do estatuto social de cada outorgante, sendo vedado o uso do nome empresarial em atos estranhos ao objeto social. Ficando ratificados por este instrumento todos os atos porventura já praticados pelos procuradores acima, no limite de suas atribuições. O presente mandato terá validade até 31 de dezembro de 2019. - De como assim disseram, do que dou fé, me pediram e lhes lavrei este instrumento, que depois de lido em voz alta e clara, foi achado em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam, dou fé. - Emolumentos: R\$326,84; Estado: R\$92,88; IPESP: R\$63,54; Registro Civil: R\$17,20; Tribunal de Justiça: R\$22,42; Santa Casa: R\$3,28; Imposto ao Município: R\$6,26; Ministério Público: R\$15,68; Total: R\$548,80. Guia nº 51/2018. Eu, LUIS CARLOS FERREIRA, escrevente a lavrei. - Eu, LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT, Substituto, a subscrevi. (a.a.) // MARCO ANTONIO ANTUNES // EDUARDO MAZON // (SELADA). Nada Mais. Traslada em seguida. O presente traslado é cópia fiel do ato notarial lavrado no livro 2453, páginas 301/303, dou fé. Eu, LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT, Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT  
SUBSTITUTO



1123591PR1040024530301188

LIVRO: 2453  
FOLHA: 301  
DATA: 20/12/2018  
ID: 154323  
tjsp.jus.br



10402602392068.000291058-3

P.09781 R.009558

Avenida São Luis, 59 - Fone: (11) 3124-5009  
Fax: (11) 3124-5029 - São Paulo - Capital - Cep 01046-000

CARTÓRIO DO 27º TABELIÃO DE NOTAS  
Av. do Consórcio do Meio, 1655  
(Ex-Plaça Municipal) - Tel.: 3045-0515/0556-5150  
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presente  
cópia autenticada - Autentica a Presente  
08 JAN. 2019





DUCE SP

BANCO



JUCESP PROTOCOLO  
2.165.660/18-0



BANCO BMG S.A.  
CNPJ/MF nº 61.186.680/0001-74  
NIRE 3530046248-3

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2018**

1. **Data, Hora e Local da Assembleia:** Aos 18 dias do mês de outubro de 2018, às 10h00, na sede social do BANCO BMG S.A., localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01; Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia").
2. **Convocação:** Tendo sido os editais de convocação publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOESP, nas edições dos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2018 e no jornal "Empresas e Negócios" de São Paulo, nas edições dos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2018, conforme o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Assembleia Geral Extraordinária foi instalada, em 1ª convocação, com a presença de acionistas titulares de 99,69% (noventa e nove inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) das ações com direito a voto, representativas do capital social da Companhia.
3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Ângela Annes Guimarães e secretariados pelo Sr. Marcus Vinicius Fernandes Vieira.
4. **Ata em forma sumária:** Os acionistas autorizaram a lavratura da ata em forma sumária e sua publicação sem assinaturas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").
5. **Ordem do dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias:

(A) a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

31366108v1 - 1231002.429689





(B) o pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e adesão ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Nível 1 de Governança Corporativa ("Nível 1");

(C) a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente);

(D) a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir, *inter alia*:

- (1) o desdobramento da totalidade das ações ordinárias da Companhia, na proporção de 19.866 (dezenove mil, oitocentas e sessenta e seis) novas ações para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente;
- (2) a conversão voluntária de parte das ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais de emissão da Companhia;
- (3) a possibilidade de conversibilidade das ações ordinárias;
- (4) a aprovação do capital autorizado;
- (5) alterações na estrutura organizacional do Conselho de Administração;
- (6) a alteração do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia em decorrência de exigência regulamentar constante do Regulamento de Listagem do Nível 1 ("Regulamento do Nível 1");
- (7) a alteração na composição e revisão dos cargos da Diretoria; e
- (8) todas as demais alterações necessárias tendo em vista o registro de companhia aberta e a listagem da Companhia no Nível 1;

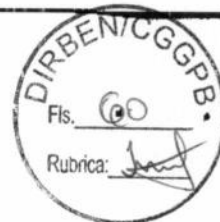
(E) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e

(F) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

6. **Deliberações:** Após discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou reservas, aprovam o quanto segue: *mfy*

31366108v1 - 1231002.429589





(A) A abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(B) A submissão do pedido de adesão da Companhia ao Nível 1 da B3 e a celebração, com a B3, do Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa.

(C) A realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de outubro de 2018, e em conformidade com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e as demais disposições legais aplicáveis, sob a coordenação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e com a participação de determinadas instituições consorciadas também autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo (a) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários, e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

31366108v1 - 1231002.429689





Em vista da aprovação da deliberação a respeito da conversão facultativa de determinadas ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Companhia, bem como da alteração dos direitos das ações preferenciais, será facultado aos acionistas dissidentes exercer o direito de retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações objeto do exercício desse direito, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada poderá ser exercido apenas pelos acionistas da Companhia que, comprovadamente, eram titulares de ações ordinárias em 10 de outubro de 2018, inclusive, e somente com relação ao número de ações ordinárias por eles detidas em tal data. O preço do reembolso por ação ordinária detida pelos acionistas porventura dissidentes será de R\$ 103.680,59 (cento e trinta e três mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), calculado nos termos do artigo

[illegible]



45 da Lei das Sociedades por Ações, com base no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Os acionistas dissidentes que assim o desejarem poderão exercer o direito de retirada por meio de comunicação por escrito para a Companhia, endereçada ao Sr. Danilo Herculano Andrade Silva, no endereço localizado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Bloco 01, 10º andar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata da presente Assembleia Geral Extraordinária, acompanhada de (i) comprovante de titularidade de suas ações ordinárias em 10 de outubro de 2018; e (ii) cópia de documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso. O pagamento do valor do reembolso das ações ordinárias será feito pela Companhia no prazo de 10 (dez) dias após o término do prazo para o exercício do direito de retirada.

Nos termos do § 2º do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, é facultado aos acionistas dissidentes solicitar, juntamente com o pedido de reembolso mencionado nos parágrafos anteriores, levantamento de balanço especial com base em data até 60 (sessenta) dias anterior à data da presente Assembleia Geral Extraordinária. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% do valor de reembolso acima indicado e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da presente Assembleia Geral Extraordinária.

(3) A inserção, no Estatuto Social, da possibilidade de os acionistas poderem, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limite legal, contanto que tal conversão seja aprovada previamente pela Diretoria da Companhia e homologada pelo Conselho de Administração na primeira reunião que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

(4) A aprovação do capital autorizado da Companhia, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, mediante emissão de novas ações sem valor nominal.

(5) A alteração na estrutura organizacional do Conselho de Administração, de modo a (i) aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração para até 9 (nove) membros; (ii) aumentar o número máximo de membros independentes do Conselho de Administração, para até 4 (quatro) Conselheiros independentes.

31366108v1 - 1231002.429689

20







conforme critério de independência constante do Estatuto Social da Companhia; e (iii) aumentar o quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração, de modo que estas somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

(6) A alteração do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos em sede da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018 ("AGOE"), quais sejam: (i) Sr. Bernard Camille Paul Menciaer; (ii) Sra. Ângela Annes Guimarães; (iii) Sr. João Annes Guimarães; (iv) Sra. Regina Annes Guimarães; (v) Sr. Roberto Faldini; (vi) Sr. Flávio Pentagna Guimarães Neto; (vii) Sra. Olga Stankevicius Colpo; e (viii) Sr. José Eduardo Gouveia Dominicale, que passarão a ter mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, em decorrência de exigência regulamentar constante do Regulamento do Nível 1.

(7) A alteração na composição da Diretoria e revisão dos cargos, com (i) o aumento do número mínimo de membros para 6 (seis) membros; e a (ii) a criação dos cargos de (a) Diretor de Relações com Investidores e (b) Diretores Executivos Vice-Presidentes, sendo mantidos os cargos de Diretor Executivo Geral, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

(8) A inclusão de previsão estatutária a respeito da regra de indenidade aplicável aos Conselheiros de Administração, Diretores, membros de Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia.

(9) A alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir as demais modificações necessárias em preparação ao registro de companhia aberta e à listagem da Companhia no Nível 1.

Nos termos do artigo 46 do Estatuto Social alterado, as disposições dos Capítulos VIII e IX do referido Estatuto Social, bem como as demais regras relacionadas ao Regulamento do Nível 1, conforme estabelecidas no Estatuto Social alterado, somente se tornarão eficazes a partir da data em que for publicado o anúncio de início da oferta pública inicial de ações emitidas pela Companhia.

(E) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação

31365108v1 - 1231002.429689





constante do Anexo 1 a esta ata.

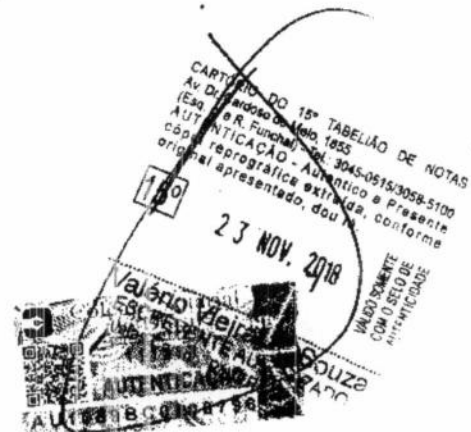
- (F) A autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.
- (G) A eficácia das deliberações acima está condicionada a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil

7. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente Ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404/76, cuja original foi lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade, lida e assinada por todos os acionistas presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 18 de outubro de 2018 (a.a.) Flávio Pentagna Guimarães. Ricardo Annes Guimarães. Ângela Annes Guimarães. Regina Annes Guimarães. João Annes Guimarães. Márcio Alaor de Araújo. Antonio Mourão Guimarães Neto. BMG PARTICIPAÇÕES S/A, representada por seus Diretores Ricardo Annes Guimarães e Ângela Annes Guimarães. COEMP – COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS S/A, representada por seus Diretores Regina Annes Guimarães e Ricardo Annes Guimarães. COMERCIAL MINEIRA S/A, neste ato representada por seus Diretores Ricardo Annes Guimarães e Ângela Annes Guimarães. CSMG – CORRETORA DE SEGUROS LTDA, neste ato representada por seu Diretor, José Eduardo Gouveia Dominicale. ALGODÕES EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA, neste ato representada por seu administrador, sr. Antonio Mourão Guimarães Neto.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Ângela Annes Guimarães  
Presidente da Mesa

Marcus Vinicius Fernandes Vieira  
Secretário da Mesa



JUCESP  
30.11.18  
BANCO  
BMG

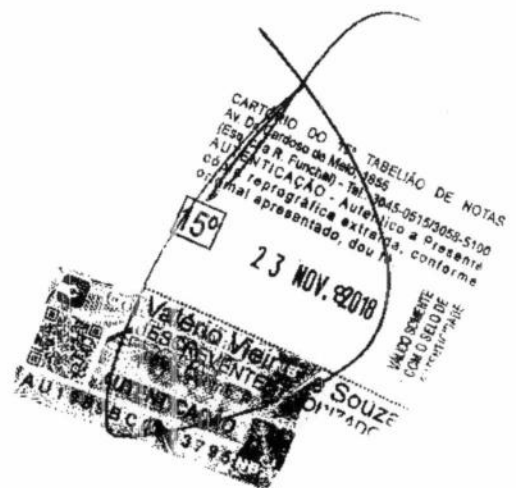


ANEXO 1

ESTATUTO SOCIAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

31366108v1 - 1231002.429689





**ESTATUTO SOCIAL DO**  
**BANCO BMG S.A.**  
CNPJ/MF nº 61.186.680/0001-74  
NIRE 3530046248-3

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2018.

**CAPÍTULO I**

**NOME - SEDE - OBJETO E DURAÇÃO**

**ARTIGO 1º**

O **BANCO BMG S.A.** ("Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, que se rege por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Com a listagem da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do regulamento de listagem do Nível 1 ("Regulamento do Nível 1").

**ARTIGO 2º**

A Companhia tem sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, a critério e por deliberação do Conselho de Administração, e mediante a autorização das autoridades competentes, instalar ou suprimir, em qualquer parte do território nacional e no exterior, dependências, agências, filiais, sucursais ou correspondentes.

**ARTIGO 3º**

A Companhia tem como objeto social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas nas normas legais e regulamentares para o funcionamento dos bancos com carteira comercial, de investimento, inclusive câmbio, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário.

**ARTIGO 4º**

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

proy

27







## CAPÍTULO II

### CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

#### ARTIGO 5º

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.542.570.607,69 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e sete reais e sessenta e nove centavos), dividido em (i) 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; e (ii) 100.000.000 (cem milhões) de ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle estabelecida no Artigo 42 deste Estatuto Social, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

#### ARTIGO 6º

A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, até que este atinja o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações. Caberá ao Conselho de Administração fixar, em cada caso e dentro do limite autorizado neste artigo, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A emissão de novas ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

#### **ARTIGO 7º**

Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

### **CAPÍTULO III**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **ARTIGO 8º**

A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme prevista na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

#### **ARTIGO 9º**

Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social: (i) alterar o estatuto social; (ii) eleger ou





destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A.; (vi) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; (viii) deliberar sobre desdobramentos ou grupamentos de ações; (ix) deliberar sobre resgate, amortização e reembolso; (x) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia; (xii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; e (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

#### **ARTIGO 10**

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

#### **ARTIGO 11**

As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão apresentar documentos que comprovem a sua identidade, sua qualidade de acionista e, no caso de acionista pessoa jurídica, a sua representação legal.

*Handwritten signature*

*Handwritten number 9*





**PARÁGRAFO ÚNICO** – Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e comprovante de identidade do mandatário.

#### **ARTIGO 12**

Ressalvas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

#### **ARTIGO 13**

Antes de abrir-se a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

#### **ARTIGO 14**

As atas de Assembleias deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

#### **ARTIGO 15**

A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro conselheiro, diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) secretários.

### **CAPÍTULO IV**

#### **ADMINISTRAÇÃO**

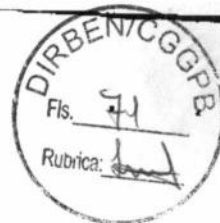
#### **ARTIGO 16**

A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do termo de anuência dos administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis (incluindo a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”)).







#### **ARTIGO 17**

O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

#### **ARTIGO 18**

Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

#### **ARTIGO 19**

Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenidos seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado, por agir (i) dentro de seus deveres e poderes, com má-fé, culpa, dolo ou mediante fraude; (ii) em violação à lei ou a este Estatuto Social; (iii) fora do exercício de suas atribuições ou (iv) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em instrumento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

#### **DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **ARTIGO 20**

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e Poderes até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre seus pares.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Até 4 (quatro) membros do Conselho de Administração poderão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para fins deste Estatuto Social, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não ser acionista da Companhia; não ser cônjuge ou parente até segundo grau de acionistas da Companhia, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à Companhia ou entidade relacionada à acionista; (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou membro da administração da Companhia, de acionistas ou de sociedade controlada, controladora ou sob controle comum da Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

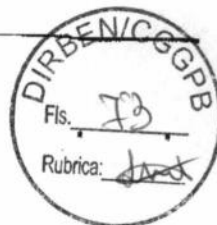
**PARÁGRAFO QUARTO** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Executivo Geral não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. Esta regra não se aplicará na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

## **ARTIGO 21**

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário fixado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de metade de seus membros, por meio de carta registrada, fax ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo informação de





sobre a ordem do dia, a data, hora e local da reunião, bem como todos os documentos necessários à tomada de decisões na respectiva reunião.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será admitida a realização de reunião do Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videoconferência, sendo certo que a participação remota de qualquer Conselheiro em tais reuniões, incluindo a do Presidente, será considerada presença pessoal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas (i) por unanimidade dos membros presentes, quando instaladas com a presença de apenas 4 (quatro) membros, nos termos do Parágrafo Primeiro acima ou (ii) por maioria simples dos presentes, quando instalada com a presença de todos os membros do Conselho de Administração, salvo quando a lei exigir quórum especial e nas hipóteses especiais previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, tendo o Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate na votação.

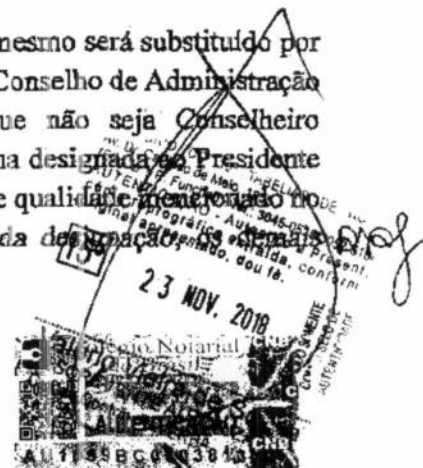
**PARÁGRAFO QUARTO** – O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no Artigo 22 abaixo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá computar o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

## **ARTIGO 22**

Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o mesmo será substituído por um dos Conselheiros Vice-presidentes ou, nesta impossibilidade, o Conselho de Administração indicará o substituto interino, dentre seus membros, desde que não seja Conselheiro Independente. Neste caso, o substituto exercerá a competência plena designada ao Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, inclusive o voto de qualidade mencionado no Parágrafo Terceiro do Artigo 21 acima. Em não havendo referida designação, o substituto





Conselheiros nomearão entre si o substituto do Presidente para atuação em reunião específica, na abertura da respectiva reunião, com estrita observância às disposições deste artigo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de vacância de cargo de membro de Conselho de Administração por morte, renúncia, ou qualquer forma de impedimento permanente, o substituto será eleito pela Assembleia Geral para atuar pelo tempo de mandato restante do substituído, que deverá ser convocada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo do Presidente, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

#### **ARTIGO 23**

Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

#### **ARTIGO 24**

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar o respectivo orçamento geral;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria, do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança da Sociedade e do Comitê de Auditoria, subordinados ao Conselho de Administração, bem como fixar-lhes as atribuições e respectivas áreas de atuação, podendo, ainda, atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer membro da Diretoria, com a intitulação que entender conveniente, respeitadas as conferidas por este Estatuto Social;
- c) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos que julgar necessário;
- d) convocar a Assembleia Geral;
- e) submeter à Assembleia Geral o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores independentes, relatório resumido do Comitê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos lucros e de alteração do Estatuto Social;







- f) autorizar a participação da Companhia e a alienação da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglomerado BMG, em valores superiores a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- g) autorizar a alienação de bens do ativo permanente e constituir ônus reais sobre ativos imobilizados em valores superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- h) autorizar a contratação de operações da Companhia que envolvam alienação de bens móveis de sua titularidade, cujos valores envolvidos sejam superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceção feita às operações de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem coobrigação, realizadas no curso normal de seus negócios;
- i) autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais serão avaliadas e aprovadas pelo Comitê de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprovado em conformidade com o item (p) abaixo;
- j) autorizar previamente a contratação de operações de captação de recursos pela Companhia, no mercado local ou internacional, em valores superiores a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- k) autorizar a formalização de contratos com terceiros, não relacionados ao curso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como contratos de prestação de serviços e afins, em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- l) fixar a linha de ação a ser adotada pela Companhia nas assembleias gerais das sociedades das quais seja acionista ou sócia e indicar o representante legal da Companhia que comparecerá às mencionadas assembleias ou representará a Companhia em alterações contratuais;
- m) distribuir, nos limites fixados pela Assembleia Geral, a remuneração e eventuais gratificações dos administradores;
- n) aprovar a indicação, se for o caso, dos nomes dos representantes da Companhia a serem submetidos às assembleias gerais das sociedades das quais ela seja acionista ou sócia, para exercer cargos na administração ou na fiscalização;
- o) aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia;
- p) aprovar todos os regimentos internos e políticas da Companhia, em especial o Regimento Interno do Comitê de Crédito que definirá todas as condições para





aprovação de operações de crédito em geral nas quais a Companhia seja credora; e (ii) o Regimento Interno do Comitê de Ativos e Passivos da Companhia (ALCO), que conterà as condições operacionais, alçadas de decisão, diretrizes e políticas a serem adotadas pela Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, previsto no Artigo 33 abaixo, e (iv) o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança, previsto no Artigo 34 abaixo;

- q) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre quaisquer matérias;
- r) deliberar sobre a abertura de filiais, sucursais, agências ou dependências em qualquer parte do país ou no exterior;
- s) definir as normas gerais relativas à participação dos membros da Diretoria e empregados nos lucros da Companhia;
- t) deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto Social, resolvendo os casos omissos;
- u) designar e destituir o Ouvidor da Companhia;
- v) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho dos comitês constituídos;
- w) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;
- x) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- y) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 7º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;





z) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;

aa) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações; e

bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

### DA DIRETORIA

#### Seção I – Composição

#### ARTIGO 25

A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de, no mínimo 6 (seis) e, no máximo, 16 (dezesesseis) membros, dentre os quais serão designados os cargos de Diretor Executivo Geral, Diretor de Relações com Investidores, Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos, sendo os cargos de Diretor Executivo Geral e Diretor de Relações com Investidores de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Ainda, os Diretores poderão acumular cargos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Conselho de Administração fixará as quantidades de cargos a serem preenchidos e designará, nomeadamente entre os eleitos, o que ocupará a função de Diretor Executivo Geral, Diretor de Relações com Investidores, bem como os que ocuparão os cargos de Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Diretor Executivo Geral deterá o voto de qualidade, no caso de empate nas votações do colegiado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Sempre que necessário, os Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica serão substituídos por designação do Conselho de Administração, devendo o substituto atuar pelo tempo de mandato restante do substituído.

may

27





## Seção II – Competência

### ARTIGO 26

Compete ao Diretor Executivo Geral, ao Diretor de Relações com Investidores, aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, além das atribuições legais:

- a) Participar das reuniões da Diretoria; e
- b) Fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas pelo Conselho de Administração, dispondo em colegiado, sobre atribuições particularizadas de cada membro da Diretoria.

### ARTIGO 27

Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) Compete privativamente ao Diretor Executivo Geral:
  - (i) Convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las;
  - (ii) Orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
  - (iii) Elaborar o Plano Operacional Anual a ser submetido ao Conselho de Administração, estabelecendo metas;
  - (iv) Acompanhar o cumprimento do Plano Operacional;
  - (v) Coordenar a atuação dos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e dos Diretores sem designação específica, bem como o acompanhamento dos respectivos desempenhos;
  - (vi) Tomar as decisões de sua alçada; e
  - (vii) Tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria "ad referendum" desta.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*







- b) Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores:
- (i) Prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;
  - (ii) Representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e
  - (iii) Desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Executivo Geral.
- c) Compete aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica:
- (i) Colaborar com o Diretor Executivo Geral no desempenho de suas funções;
  - (ii) Administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas na forma da alínea (b) do Artigo 24;
  - (iii) Supervisionar e coordenar a atuação dos colaboradores que estiverem sob sua supervisão direta e indireta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; e
  - (iv) Tomar as decisões de sua alçada.

### Seção III – Eleição e Destituição

#### ARTIGO 28

Os Diretores serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração por um prazo unificado de gestão de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos seus substitutos, nos termos da regulamentação em vigor.

### Seção IV – Representação

*[assinatura]*



*[assinatura]*



#### **ARTIGO 29**

Os membros da Diretoria ficam investidos dos mais amplos poderes de administração da Companhia, inclusive para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, observado sempre o disposto no Artigo 24 deste Estatuto Social, devendo, todos os atos, contratos ou documentos que criem ou exonerem de responsabilidade a Companhia, serem assinados por 2 (dois) diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Executivo Geral, o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Executivo Vice-Presidente ou Diretor Executivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na hipótese de ausência temporária do Diretor Executivo Geral, este deverá nomear, entre os Diretores Executivos Vice-Presidentes, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretores Executivos, um substituto, para assinar em conjunto com outro diretor, ambos com poderes específicos e prazo determinado.

#### **ARTIGO 30**

A Companhia também poderá ser representada por (i) qualquer um dos Diretores em conjunto com um procurador ou (ii) por 2 (dois) procuradores, respeitados os termos deste Estatuto Social e dos instrumentos de mandato outorgados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Na constituição de procuradores, a Companhia será representada por 2 (dois) Diretores, da seguinte forma: (i) Diretor Executivo Geral em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo, ou (iii) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Nas constituições de procurações outorgando poderes da cláusula “*ad judícia*”, a advogados, para o foro em geral, visando a postulação de medidas ou defesa da Companhia, esta poderá ser representada por: (i) Diretor Executivo Geral em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo ou Diretor sem designação específica; (iii) 02 (dois) Diretores Executivos, ou (iv) um Diretor Executivo em conjunto com um Diretor sem designação específica.

#### **ARTIGO 31**

As procurações outorgadas pela Companhia especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, exceto nas procurações “*ad judícia*”, que poderão ser por prazo indeterminado.





### **ARTIGO 32**

É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

## **CAPÍTULO V**

### **DO COMITÊ DE AUDITORIA**

### **ARTIGO 33**

A avaliação sobre a eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos da Companhia, a apreciação da conformidade das operações e negócios da Companhia com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da Companhia, a supervisão das atividades da auditoria interna e o monitoramento da auditoria independente serão exercidas pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Comitê de Auditoria será constituído por, no mínimo, 3 (três) membros, com mandato fixo de 3 (três) anos, eleitos pelo Conselho de Administração, na forma disposta no artigo 13, inciso I, da Resolução nº 3.198/2004, alterada pela Resolução 4.329/2014. O Conselho de Administração nomeará, também, o Presidente do Comitê e o membro Especialista. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Dentre os membros do Comitê, pelo menos um deles deverá ser o membro Especialista, o qual deverá possuir comprovadamente conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar a composição do Comitê de Auditoria, substituindo ou destituindo os seus membros.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Constitui também atribuição do Comitê de Auditoria estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição da Companhia.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para





verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. Reunir-se-á, ainda, por convocação do seu Presidente, e deverá zelar:

- a) pela qualidade e integridade dos processos de fechamento contábil, demonstrações financeiras e informações adicionais;
- b) pela conformidade com os requisitos legais e regulamentares vigentes; e
- c) pela independência e qualidade dos trabalhos efetuados pelas Auditorias Independente e Interna.

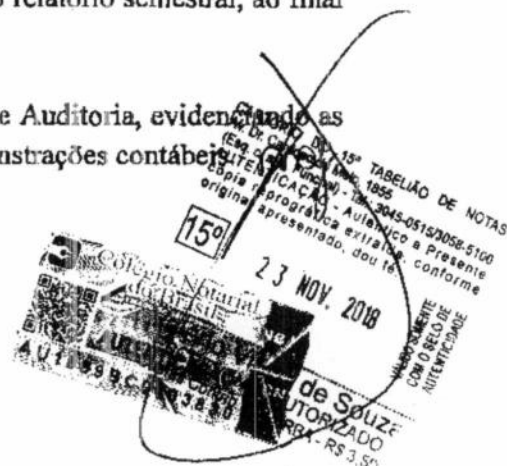
**PARÁGRAFO SEXTO** – O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de suas atribuições.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os membros do Comitê de Auditoria não receberão nenhum outro tipo de remuneração da Companhia ou de suas empresas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Sendo o membro do Comitê de Auditoria também integrante do Conselho de Administração da instituição ou de qualquer das empresas integrantes do conglomerado BMG ou de suas coligadas, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos dois cargos.

**PARÁGRAFO NONO** – O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as Auditorias Independente e Interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Bacen pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.







## DO COMITÊ DE REMUNERAÇÃO, PESSOAS E GOVERNANÇA

### ARTIGO 34

O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança com as atribuições e encargos previstos na legislação, será formado por até 6 (seis) membros efetivos, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um deles eleito o Presidente do Comitê, o qual necessariamente será membro do Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deverá ser membro Independente, caracterizando-se tal independência pelo mesmo conceito trazido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 acima.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores da Companhia.

**PARÁGRAFO QUARTO** – São atribuições do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança:

- a) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; supervisionando a sua implementação e operacionalização, bem como efetuando a revisão anual, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- b) exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único;
- c) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma prevista em lei;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a remuneração de administradores;





e) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e

f) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Companhia e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança reunir-se-á:

a) no mínimo trimestralmente, para avaliar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único;

b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança será definida pelo Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deve elaborar, com a periodicidade e nos termos exigidos pela regulamentação vigente, documento denominado “Relatório do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança”.

#### **DA OUVIDORIA**

#### **ARTIGO 35**

A Companhia terá uma Ouvidoria, composta de 1 (um) Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, cujo prazo de mandato será de 3 (três) anos, que atuará em nome das Instituições integrantes do Conglomerado Financeiro BMG, assim entendidas como todas as entidades, sociedades e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen cujo controle, na forma definida pelo Artigo 116 da Lei das S.A., seja da Companhia ou de seus controladores. *may*





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caberá ao Conselho de Administração a destituição do Ouvidor nos termos da alínea "u" do Artigo 24 acima, que poderá destitui-lo na hipótese de descumprimento das atribuições previstas no presente artigo ou a qualquer tempo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Ouvidoria terá como atribuições:

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições previstas no "caput" deste artigo;
- b) atuar como canal de comunicação entre as instituições previstas no "caput" deste artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- c) informar o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste artigo a respeito das atividades da Ouvidoria;
- d) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor;
- e) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- f) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- g) encaminhar resposta conclusiva para demanda no prazo previsto;
- h) manter o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste artigo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores das Instituições previstas no "caput" deste artigo para solucioná-los; e
- i) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.





**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A Companhia compromete-se a:

- a) criar condições adequadas ao funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de respostas adequadas às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A função de Ouvidor será desempenhada por pessoa do quadro administrativo da Companhia, com formação compatível e capacidade técnica para o melhor e mais adequado atendimento aos clientes e usuários, sendo que, nos termos da regulamentação, o Ouvidor não poderá desempenhar outra função na Companhia, exceto a de diretor responsável pela Ouvidoria.

**CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 36**

A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal, bem como os deveres e responsabilidades de seus conselheiros, atenderão às disposições legais pertinentes.

**ARTIGO 37**

Na oportunidade de instalação do Conselho Fiscal a Assembleia Geral disporá sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal e sobre a fixação de sua remuneração.

**CAPÍTULO VI**

**EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS**

**ARTIGO 38**

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro, tendo a duração de 1 (um) ano.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Em 30 de junho e 31 de dezembro serão elaborados, observadas as regras contábeis aplicáveis e com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do





resultado do exercício; (iv) a demonstração dos fluxos de caixa; e (v) a demonstração do valor adicionado.

#### **ARTIGO 39**

Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

#### **ARTIGO 40**

Após as deduções contempladas no artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios;
- c) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;
- d) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;
- e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (d) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia;
- f) a parcela remanescente do lucro líquido poderá ser, por proposta dos órgãos da administração, total ou parcialmente destinada à constituição de reserva para integridade do patrimônio líquido. Tal reserva tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia e suas controladas e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O limite máximo desta







reserva será de até 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros (excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais), não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social; e

g) a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar parcela dos lucros para constituição de reservas ou retenções previstas na lei ou neste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O dividendo obrigatório previsto na alínea (b) deste artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Conforme deliberação da Assembleia Geral, o valor dos juros, quando pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – É facultado ao Conselho de Administração, conforme as normas gerais que definir, atribuir participação aos membros da Diretoria nos lucros da Companhia de até 10% (dez por cento) do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, observadas as limitações previstas na Lei das S.A.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A participação aos administradores de que trata o parágrafo anterior constituirá antecipação do direito previsto pelo art. 7º, XI da Constituição da República, com cuja regulamentação a ele se ajustará.

#### **ARTIGO 41**

A Companhia, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Companhia poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, respeitado o limite legal. *may*





**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249/95, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração é facultada neste artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da Companhia.

### CAPÍTULO VIII

### ALIENAÇÃO DE CONTROLE

#### ARTIGO 42

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para os fins deste artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A obrigação prevista no *caput* se aplica à alienação de controle por uma única operação ou por operações sucessivas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A oferta pública de aquisição de ações deve observar as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e neste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia estará sujeita, ainda, à prévia aprovação do Bacen, nos termos da regulamentação aplicável.





#### **ARTIGO 43**

Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

### **CAPÍTULO IX**

#### **ARBITRAGEM**

#### **ARTIGO 44**

A Companhia, seus acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 1, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Nível 1.

### **CAPÍTULO X**

#### **DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO**

#### **ARTIGO 45**

A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.





## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### ARTIGO 46

As disposições contidas nos Capítulos VIII e IX, bem como as demais as regras referentes ao Regulamento do Nível 1 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

\*\*\*\*

São Paulo, 18 de outubro de 2018.

*Rogério F. Mendes*  
BANCO BMG S.A.





JUCESP PROTOCOLO  
2.165.661/18-3



BANCO BMG S.A.

CNPJ/MF Nº 61.186.680/0001-74

NIRE: 3530046248-3

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2018.

**01 - DATA, HORA E LOCAL:** Aos dezesséis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às onze horas, na sede da Companhia situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

**02 - CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Em atendimento à convocação realizada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, estiveram presentes, além do Presidente, os Conselheiros Ângela Annes Guimarães, Regina Annes Guimarães, João Annes Guimarães, Roberto Faldini, Olga Stankevicius Colpo, Flávio Pentagna Guimarães Neto, José Eduardo Gouveia Dominicale.

**03 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bernard Camille Paul Menciaer, Presidente do Conselho de Administração e secretariados pela Sra. Deise Peixoto Domingues.

**04 - ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre eleição de novos membros para composição da Diretoria.

**05 - DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o que segue: (I) Eleger para compor a Diretoria, para o cargo de Diretor sem designação específica: Sra. **AMANDA ITUASSU ARAUJO**, brasileira, casada, jornalista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG8765475, SSP/MG e inscrita no CPF/MF 027.936.436-98; **FELICE ITALO NAPOLITANO**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.374.260-5, SSP/SP e inscrito no CPF/MF 113.930.868-88; **GUILHERME VIEIRA NEVES**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG 17.690.111-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF 027.936.436-98.

1/3







181.376.198-10; e **LUCIANA BUCHMANN FREIRE**, brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da carteira de identidade RG nº 16.837.826-7 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343 e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e com prazo de mandato até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2021. Os eleitos acima nomeados e qualificados declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade e declararam, ainda, que preenchem as condições constantes do artigo 2º do Regulamento Anexo II à Resolução no. 4.122, de 2 de agosto de 2012, do Conselho Monetário Nacional, editada pelo Banco Central do Brasil, conforme declaração arquivada na sede da Companhia. Os Diretores ora eleitos tomarão posse em seus cargos, somente após a homologação da presente eleição pelo Banco Central do Brasil, mediante a assinatura dos termos de posse em livro próprio. (II) Em razão da eleição dos Diretores acima mencionados, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: I – **DIRETOR EXECUTIVO GERAL: MARCO ANTONIO ANTUNES**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade nº 7.669.530, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.975.098-96; II – **DIRETORES EXECUTIVOS: EDUARDO MAZON**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade nº 20775312, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 275.484.158-00; **ÂNGELA ANNES GUIMARÃES**, brasileira, divorciada, socióloga, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 375.156.836-00, portadora da Carteira de Identidade RG nº M-1.414.160 - SSP/MG; III- **DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA: FLÁVIO BENTAGNA GUIMARÃES NETO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.414.160 - SSP/MG.






expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.934.666-90; **AMANDA ITUASSU ARAUJO**, brasileira, casada, jornalista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG8765475, SSP/MG e inscrita no CPF/MF 027.936.436-96; **FELICE ITALO NAPOLITANO**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº RG. 9.374.260-5, SSP/SP e inscrito no CPF/MF 113.930.868-88; **GUILHERME VIEIRA NEVES**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG 17.690.111-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 181.376.198-10; e **LUCIANA BUCHMANN FREIRE**, brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343, portadora da cédula de identidade RG 16.837.826-7/SSP/SP e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar, Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar, Sala 131, Bloco 01, 13º andar, Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e com prazo de mandato até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2021.

**06 - APROVAÇÃO:** Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade sem qualquer ressalva ou restrição.

**07 - LAVRATURA DA ATA:** Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário.

**08 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que foi lida e aprovada pelos Conselheiros. São Paulo, 16 de outubro de 2018. Bernard Camille Paul Menciaer, Ângela Annes Guimarães, Regina Annes Guimarães, João Annes Guimarães, Roberto Faldini, Olga Stankevicius Colpo, Flávio Pentagna Guimarães Neto, José Eduardo Gouveia Dominicale.

  
BERNARD CAMILLE PAUL MENCIAER  
Presidente da Mesa

  
DEISE PEIXOTO DOMINGUES  
Secretária da Mesa



3/3





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL


**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – 01.500.502, em 18.06.2019**

**Ref.:** Ofício nº 195/2019, de 18.06.2019

**Interessado:** Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal - TJDF

**Assunto:** Aplicação de penalidade ao Artigo 52 da Instrução Normativa nº 28/PRES/INSS de 06/05/2008, alterada pela IN nº 100, de 28/12/2018

1. Trata-se de solicitação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, referente ao Recurso Inominado nº 0705281-85.2018.8.07.0003, tendo como recorrente BANCO BMG SA e recorrido PAULO ROBERTO DE MORAES.
2. Preliminarmente, remeta-se ao protocolo - 01.300-417 para abertura do processo, com posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios - 01.500.502.

  
**Karine Côrtes Segurado**  
Analista do Seguro Social

Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 335000.001685/2019-12.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5462476** e o código CRC **229BC855**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001685/2019-12

SEI nº 5462476